

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro/2017

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA. INOVAÇÕES
E COMUNICAÇÕES
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA**

Relatório de Gestão do exercício de 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU 63/2010, da Instrução Normativa TCU 72/2013, da Portaria CGU 500/2016, da Decisão Normativa TCU 154/2016 e da Portaria TCU 59/2017.

Rio de Janeiro - 2017

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

SEÇÃO 2. VISÃO GERAL	11
SUBITEM 2.4. ORGANOGRAMA	14
FIGURA 1 DO SUBITEM 2.4. ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	14
QUADRO 1 DO SUBITEM 2.4. RELAÇÃO DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS E SEUS RESPONSÁVEIS	15
QUADRO 2 DO SUBITEM 2.4. COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS	17
SUBITEM 2.5. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	19
FIGURA 1 DO SUBITEM 2.5. MAPA DE RELACIONAMENTO INTERNO E EXTERNO	20
QUADRO 1 DO SUBITEM 2.5. MACROPROCESSOS	21
SEÇÃO 3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	21
SUBITEM 3.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	21
FIGURA 1 DO SUBITEM 3.1. MAPA ESTRATÉGICO	22
<i>Subitem 3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício de 2016</i>	<i>23</i>
<i>Quadro 1 do Subitem 3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício por perspectiva</i>	<i>23</i>
<i>Quadro 2 do Subitem 3.1.1. Descrição Sintética dos objetivos do exercício por Perspectiva e Tema</i>	<i>23</i>
<i>Subitem 3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico</i>	<i>25</i>
<i>Subitem 3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos</i>	<i>25</i>
<i>Subitem 3.1.4. Desdobramento do plano estratégico</i>	<i>25</i>
<i>Subitem 3.1.5. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultado dos planos</i>	<i>25</i>
<i>Subitem 3.1.6. Indicadores dos Objetivos Estratégicos</i>	<i>25</i>
<i>Quadro 1 do Subitem 3.1.6. Indicadores Sociedade</i>	<i>25</i>
<i>Quadro 2 do Subitem 3.1.6. Indicadores Clientes</i>	<i>26</i>
<i>Quadro 3 do Subitem 3.1.6. Indicadores Promoção do Foco de Atuação</i>	<i>26</i>
<i>Quadro 4 do Subitem 3.1.6. Indicadores Atuação em Redes</i>	<i>27</i>
<i>Quadro 5 do Subitem 3.1.6. Indicadores Ampliação da Visibilidade Institucional</i>	<i>27</i>
<i>Quadro 6 do Subitem 3.1.6. Indicadores Crescimento</i>	<i>27</i>
<i>Quadro 7 do Subitem 3.1.6. Indicadores Excelência em Gestão</i>	<i>27</i>
<i>Quadro 8 do Subitem 3.1.6. Indicadores Infraestrutura</i>	<i>27</i>
<i>Quadro 9 do Subitem 3.1.6. Indicadores Ambiente</i>	<i>28</i>
<i>Quadro 10 do Subitem 3.1.6. Indicadores Pessoas</i>	<i>28</i>
SUBITEM 3.2. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	28
<i>Subitem 3.2.1. Acompanhamento da Ação Temática 20UN do exercício 2016 no PPA 2016-2019 da UPC</i>	<i>29</i>
<i>Quadro 1 do Subitem 3.2.1. Acompanhamento da Ação Temática 20UN do exercício 2016 no PPA 2016-2019 da UPC</i>	<i>29</i>
<i>Quadro 2 do Subitem 3.2.1. Detalhamento da Dotação Concedida da Ação 20UN</i>	<i>29</i>
<i>Subitem 3.2.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário</i>	<i>45</i>
<i>Subitem 3.2.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento</i>	<i>45</i>
<i>Subitem 3.2.4. Restos a pagar de exercícios anteriores</i>	<i>45</i>
<i>Quadro 1 do Subitem 3.2.4. Restos a pagar de exercícios anteriores</i>	<i>45</i>
<i>Subitem 3.2.5. Execução descentralizada com transferência de recursos</i>	<i>46</i>
<i>Subitem 3.2.6. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas</i>	<i>46</i>
<i>Subitem 3.2.7. Informações sobre a execução das despesas</i>	<i>46</i>
<i>Quadro 1 do Subitem 3.2.7. Despesas Totais por Modalidade de Contratação</i>	<i>46</i>
<i>Quadro 2 do Subitem 3.2.7. Despesas por grupo e elemento de despesa</i>	<i>47</i>
<i>Subitem 3.2.8. Apresentação e análise de indicadores de desempenho</i>	<i>48</i>
<i>Quadro 1 do Subitem 3.2.8 Indicadores de desempenho do INT apurados no Termo de Compromisso de Gestão</i>	<i>48</i>
<i>Quadro 2 do Subitem 3.2.8 Tabelas dos resultados dos indicadores do TCG obtidos no exercício</i>	<i>49</i>
SEÇÃO 4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	50
SUBITEM 4.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇAS	50
SUBITEM 4.2. ATIVIDADES DE CORREÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	51
SUBITEM 4.3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	51
QUADRO 1 DO SUBITEM 4.3. GESTÃO DE RISCOS	51

SEÇÃO 5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	52
SUBITEM 5.1. GESTÃO DE PESSOAS	52
<i>Subitem 5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade</i>	<i>52</i>
<i>Quadro 1 do Subitem 5.1.1. Força de Trabalho Situação apurada em 31/12/2016</i>	<i>52</i>
<i>Quadro 2 do Subitem 5.1.1. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas</i>	<i>53</i>
<i>Quadro 3 do Subitem 5.1.1. Distribuição da força de trabalho por tipologia dos cargos</i>	<i>53</i>
<i>Quadro 4 do Subitem 5.1.1. Distribuição de bolsistas nas áreas técnicas e serviços terceirizados</i>	<i>54</i>
<i>Subitem 5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal</i>	<i>59</i>
<i>Quadro 1 do Subitem 5.1.2. Detalhamento das despesas associadas à manutenção do pessoal</i>	<i>59</i>
<i>Subitem 5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal</i>	<i>64</i>
<i>Subitem 5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e estagiários</i>	<i>65</i>
<i>Quadro 1 do Subitem 5.1.4. Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos regular</i>	<i>65</i>
<i>Quadro 2 do Subitem 5.1.4. Contratação de estagiários</i>	<i>66</i>
SUBITEM 5.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	66
QUADRO 1 DO SUBITEM 5.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO	67
QUADRO 2 DO SUBITEM 5.2. IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE	67
SUBITEM 5.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	68
QUADRO 1 DO SUBITEM 5.3. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	69
<i>5.3.1. Principais sistemas de informações</i>	<i>72</i>
SEÇÃO 6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	72
SUBITEM 6.1. CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO	72
SUBITEM 6.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	73
SUBITEM 6.3. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	73
<i>Subitem 6.3.1. Controle de Acesso e Pesquisa de Satisfação</i>	<i>74</i>
<i>Quadro 1 do Subitem 6.3.1. Pontuação dos questionários de avaliações de serviços e reclamações recebidos em 2015 e revisados em abril/2015</i>	<i>74</i>
<i>Quadro 2 do Subitem 6.3.1. Pontuação dos Questionários de Avaliações de Serviços e Reclamações recebidos em 2015 e revisados em maio/2015</i>	<i>74</i>
<i>Quadro 3 do Subitem 6.3.1. Pontuação dos Questionários de Avaliações de Serviços e Reclamações recebidos em 2016</i>	<i>75</i>
SUBITEM 6.4. MECANISMO DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	75
SUBITEM 6.5. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	75
SEÇÃO 7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	76
SUBITEM 7.1. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIACÃO, DA AMORTIZAÇÃO, DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	76
SUBITEM 7.2. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	76
SUBITEM 7.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	77
SEÇÃO 8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	78
SUBITEM 8.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	78
SUBITEM 8.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	78
SUBITEM 8.3. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	78
SUBITEM 8.4. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5 DA LEI 8.666/1993	78
SUBITEM 8.5. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DE CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	79
SUBITEM 8.6. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	79
QUADRO 1 DO SUBITEM 8.6. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	79
SEÇÃO 9. ANEXOS E APÊNDICES	79

Sumário

SEÇÃO 1. APRESENTAÇÃO	7
SUBITEM 1.2. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA GESTÃO NO EXERCÍCIO	7
SUBITEM 1.3. PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS NO EXERCÍCIO	10
SUBITEM 1.4. OUTRAS INFORMAÇÕES ÚTEIS PARA DESPERTAR A ATENÇÃO DOS USUÁRIOS DO RELATÓRIO	10
SEÇÃO 2. VISÃO GERAL	11
SUBITEM 2.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	11
SUBITEM 2.2. NORMA E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO	11
SUBITEM 2.3. AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	11
Subitem 2.3.1. PRINCIPAIS ATORES DO MESMO CONTEXTO (CONCORRENTES OU PARCEIROS)	12
Subitem 2.3.2. EXPECTATIVA DA POPULAÇÃO OU DO ESTRATO DA POPULAÇÃO QUANTO À ATUAÇÃO DO INT.....	12
Subitem 2.3.3. AMEAÇAS E OPORTUNIDADES QUANTO À ATUAÇÃO DO INT.....	13
SUBITEM 2.4. ORGANOGRAMA	14
SUBITEM 2.5. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	19
SEÇÃO 3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	21
SUBITEM 3.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	21
Subitem 3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício de 2016	23
Subitem 3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico	25
Subitem 3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	25
Subitem 3.1.4. Desdobramento do plano estratégico.....	25
Subitem 3.1.5. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultado dos planos	25
Subitem 3.1.6. Indicadores dos Objetivos Estratégicos.....	25
SUBITEM 3.2. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	28
Subitem 3.2.1. Acompanhamento da Ação Temática 20UN do exercício 2016 no PPA 2016-2019 da UPC.....	29
Subitem 3.2.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	45
Subitem 3.2.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	45
Subitem 3.2.4. Restos a pagar de exercícios anteriores.....	45
Subitem 3.2.5. Execução descentralizada com transferência de recursos.....	46
Subitem 3.2.6. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	46
Subitem 3.2.7. Informações sobre a execução das despesas.....	46
Subitem 3.2.8. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	48
SEÇÃO 4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	50
SUBITEM 4.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇAS	50
SUBITEM 4.2. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	51
SUBITEM 4.3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	51
SEÇÃO 5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	52
SUBITEM 5.1. GESTÃO DE PESSOAS	52
Subitem 5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade	52
Subitem 5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal.....	59
Subitem 5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	64
Subitem 5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e estagiários	65
SUBITEM 5.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	66
SUBITEM 5.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	68
5.3.1. Principais sistemas de informações	72
SEÇÃO 6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	72
SUBITEM 6.1. CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO.....	72
SUBITEM 6.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	73
SUBITEM 6.3. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.....	73
Subitem 6.3.1. Controle de Acesso e Pesquisa de Satisfação	74
SUBITEM 6.4. MECANISMO DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	75
SUBITEM 6.5. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	75

SEÇÃO 7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	76
SUBITEM 7.1. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO, DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	76
SUBITEM 7.2. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	76
SUBITEM 7.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS.....	77
SEÇÃO 8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	78
SUBITEM 8.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	78
SUBITEM 8.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	78
SUBITEM 8.3. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	78
SUBITEM 8.4. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5 DA LEI 8.666/1993	78
SUBITEM 8.5. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DE CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	79
SUBITEM 8.6. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	79
SEÇÃO 9. ANEXOS E APÊNDICES.....	79

Seção 1. APRESENTAÇÃO

Subitem 1.1. FORMA COMO ESTÁ ESTRUTURADO O RELATÓRIO

O Relatório abrange um conjunto de informações e demonstrativos que expressam o desempenho e da gestão da Unidade Prestadora de Contas - UPC, observando o cumprimento de sua missão, por meio dos aspectos relacionados à estratégia, governança, atuação junto à sociedade, desempenho orçamentário, financeiro e operacional em conformidade com os normativos estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU e pelos demais Órgãos de Controle para Prestação de Contas Anual dos órgãos e entidades da Administração Direta.

Subitem 1.2. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA GESTÃO NO EXERCÍCIO

O Instituto Nacional de Tecnologia tem como missão “participar do desenvolvimento sustentável do Brasil por meio da pesquisa tecnológica, da transferência de conhecimentos e da promoção da inovação”.

No processo de Gestão da Estratégia, à luz da ENCTI, foram definidos como principais objetivos, “Ser parceiro preferencial da indústria nacional na busca da competitividade” e “Ser referência na elaboração e na execução de políticas públicas para o desenvolvimento tecnológico”, por entender que seus principais clientes são o Governo e as empresas nacionais. Nesse sentido, a contribuição principal do INT se concretiza na “Promoção da Inovação”.

Em 2016, dentre as principais conquistas, devem ser apresentados os seguintes destaques:

- Finalização de 56 entregas técnicas para indústrias e outros atores do sistema de inovação brasileiro, compreendendo esses contratos investimentos que somam R\$ 18.025.526,05. Em dezembro de 2016, registram-se 187 contratos em carteira (firmados no ano de 2016 e anteriores, ainda em execução), no valor total de R\$ 35.406.061,72;
- Submissão de 19 proteções ao INPI pelo Núcleo de Inovação Tecnológica do INT, perfazendo um total de 185 proteções acumuladas pelo Instituto. Nessas proteções incluem-se pedidos de privilégio de patente, protótipos, softwares, modelos de utilidade, desenho industrial, marcas e direitos autorais, protocolados no país e no exterior. Duas patentes solicitadas em anos anteriores foram finalmente concedidas;
- No âmbito da EMBRAPPII, houve a formalização de dois projetos em parceria com as empresas Oxiteno S.A. e a Vallourec Tubos do Brasil, no valor de R\$ 1.825.816,41. Além destes registra-se o total de 10 outros projetos concluídos ou em execução em 2016;
- O Setor de Serviços Técnicos Especializados (SSTE) registrou o atendimento de 135 empresas, sendo 46 novos clientes (empresas pequenas, médias e grandes);
- O Centro de Caracterização em Nanotecnologia (CENANO) teve aprovado pela FINEP o projeto “MULTINANO - Atualização e Manutenção do Centro de Caracterização de Nanoestruturas e Nanomateriais do INT” – no valor de R\$ 10.904.004,52. Na sequência obteve aprovação junto à FAPERJ de um projeto de apoio à manutenção de equipamentos multiusuários, no valor de R\$ 400 mil;
- O INT sediou o 9th Latin American Biodeterioration and Biodegradation Symposium (LABS9), que é a mais importante conferência realizada na América Latina sobre o tema biodeterioração e biodegradação;
- Atuação do servidor da Divisão de Catálise e Processos Químicos (DICAP) como pesquisador convidado no Institut de Chimie des Milieux et Matériaux, da Universidade de Poitiers;

- Liderança do grupo de emissões industriais para examinar 11 setores da indústria e fazer recomendações de opções para mitigar as emissões poluentes, bem como a elaboração das metas do Brasil na 2ª Conferência das Partes sobre Mudança do Clima - COP 22;
- Fiel à sua Missão de transferência de conhecimentos, o INT mantém em suas instalações, mediante acordos diversos, a coorientação de trinta e três alunos de mestrado e doutorado de outras instituições, que aqui desenvolvem a parte prática de suas teses e dissertações.

Para as áreas de gestão e apoio do INT, os seguintes eventos, planos, ações e instrumentos desenvolvidos devem ser destacados:

- Conclusão de 80% das obras de construção da nova subestação de energia. Na área de infraestrutura, a energia é o ponto mais crítico em razão da demanda atual do INT, sobretudo em razão da instalação dos novos equipamentos adquiridos para atualização tecnológica de seus laboratórios;
- Realização de Pesquisa de Clima Organizacional do INT;
- Em 2016 consolidou-se a edição bimestral da Revista Eletrônica Inovativa, que é enviada a diversos atores do setor de C&T&I e empresas.

Pela atuação nas atividades técnicas e de gestão, o INT e seus técnicos receberam os seguintes prêmios:

- Prêmio Top of Quality Brazil concedido ao Instituto em reconhecimento à sua atuação com alto padrão de excelência no setor de C&T&I no último ano;
- O projeto de “Cadeira de Rodas Residencial” elaborado pela Divisão de Desenho Industrial (DIDIN) recebeu medalha de prata no Prêmio Internacional Objeto Brasil 2016, na categoria Design para Todos/Economia Solidária;
- Prêmio João de Barro da Associação Nacional de Cerâmicas (ANICER) concedido ao trabalho da Divisão de Energia (DIENE) na liderança do projeto “Eficiência Energética em Indústrias Cerâmicas na América Latina” (EELA), para mitigar a Mudança Climática;
- Prêmio de melhor tese de doutorado da Abepro (Associação Brasileira de Engenharia de Produção) em 2016, concedido a tecnologista da Divisão de Engenharia de Avaliações e de Produção
- Prêmio de melhor trabalho apresentados no XII Congresso Nacional de Excelência em Gestão (CNEG) concedido ao analista da Divisão de Suprimentos (DISUP).

Subitem 1.3. PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS NO EXERCÍCIO

O ano de 2016 iniciou-se sob as sombras de uma grave crise política e financeira nacional, registrando-se a maior queda em décadas do Produto Interno Bruto (PIB) - 3,8%. Em razão da manutenção de tal cenário, a contenção de gastos seguiu fortemente em 2016.

Em 2016, fruto das dificuldades do Orçamento do Governo, o INT teve que redirecionar algumas de suas atividades para adequação às contenções de gastos previstos nos Decretos 8540 e 8541 de 2015, que restringiam as despesas em algumas rubricas que para o INT representaram adiamento de atividades que demandavam parte destes recursos.

Mudanças no Governo Federal com reestruturações na organização do MCTI, que passou a ser MCTIC, com a incorporação da extinta Pasta das Comunicações. Com isso houve alterações na ocupação de cargos de chefia do Órgão Superior, as quais acarretaram a necessidade de desenvolvimento de nova rede de relacionamento com a liderança recém-empossada, de modo a definir o papel do INT na estrutura do novo Ministério.

Como descrito anteriormente em função do contingenciamento o INT não conseguiu fazer o acompanhamento do desenvolvimento de seu Planejamento Estratégico bem como a revisão que deveria ocorrer nesse exercício. Adicione-se a isso o fato de que as mudanças ocorridas na Direção do MCTIC fizeram com que todo o cronograma de acompanhamento e de validação do Termo de Compromisso de Gestão e do Plano Diretor da Unidade sofresse descontinuidade.

Há que se considerar ainda que a crise internacional prejudicou largamente a indústria, segmento onde estão os principais parceiros do INT. Empresários têm reduzido radicalmente investimentos, sobretudo em setores “adiáveis”, tal como o de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Apesar de tal ambiente no INT, a quase totalidade das metas foi atingida e algumas até mesmo ultrapassadas.

Subitem 1.4. OUTRAS INFORMAÇÕES ÚTEIS PARA DESPERTAR A ATENÇÃO DOS USUÁRIOS DO RELATÓRIO

O plano de trabalho da nova gestão do INT iniciada no segundo semestre de 2015 prioriza três eixos: Foco, Excelência e Internacionalização. Neste sentido algumas ações concretas foram iniciadas e/ou realizadas em 2016, com destaque para:

- Investimento na capacitação de 153 colaboradores com cursos em diferentes áreas de gestão, para alcance das metas estabelecidas para excelência e internacionalização do instituto;
- Criação do novo ciclo de palestras, Ideias & Tendências, para o público interno, com objetivo de trazer especialistas de empresas, universidades, institutos de pesquisa, governo e terceiro setor, criando um fórum propício a novas ideias e à compreensão das tendências de C&T&I.
- Realização do 3º Workshop de Competências Internas (WCI) no INT, com a discussão de aspectos ligados às competências de pesquisa do Instituto, tendo como tema central as boas práticas de gestão em inovação;
- Realização de estudo sobre o Reposicionamento das Atividades do INT no Campo de Empreendedorismo e Incubação de Empresas.
- Alcance da marca de 20 Programas, Projetos e Cooperações internacionais com cerca de 12 países em 2016, como parte das atividades de suas divisões técnicas;
- Comemoração dos 95 anos de atuação do INT em Ciência, Tecnologia e Inovação a serviço da sociedade.

Subitem 1.4. OUTRAS INFORMAÇÕES ÚTEIS PARA DESPERTAR A ATENÇÃO DOS USUÁRIOS DO RELATÓRIO

O plano de trabalho da nova gestão do INT iniciada no segundo semestre de 2015 prioriza três eixos: Excelência, Internacionalização e Foco. Neste sentido algumas ações concretas foram iniciadas e/ou realizadas em 2016, com destaque para:

- Investimento na capacitação de 153 colaboradores com cursos em diferentes áreas de gestão, para alcance das metas estabelecidas para excelência e internacionalização do instituto;

- Criação do novo ciclo de palestras, Ideias & Tendências, para o público interno, com objetivo de trazer especialistas de empresas, universidades, institutos de pesquisa, governo e terceiro setor, criando um fórum propício a novas ideias e à compreensão das tendências de C&T&I.
- Realização do 3º Workshop de Competências Internas (WCI) no INT, com a discussão de aspectos ligados às competências de pesquisa do Instituto, tendo como tema central as boas práticas de gestão em inovação;
- Realização de estudo sobre o Reposicionamento das Atividades do INT no Campo de Empreendedorismo e Incubação de Empresas.
- Alcance da marca de 20 Programas, Projetos e Cooperações internacionais com cerca de 12 países em 2016, como parte das atividades de suas divisões técnicas;
- Comemoração dos 95 anos de atuação do INT em Ciência, Tecnologia e Inovação a serviço da sociedade.

Subitem 1.3. PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS NO EXERCÍCIO

- Restrição Orçamentária – Em 2016, fruto das dificuldades do Orçamento do Governo, o INT teve que redirecionar algumas de suas atividades para adequação às contenções de gastos previstos nos Decretos 8540 e 8541 de 2015, que restringiam as despesas em algumas rubricas que para o INT representaram adiamento de atividades que demandavam parte destes recursos.
- Mudanças no Governo Federal - Após o Impeachment da Presidente da República em 31/08/2016, ocorreram reestruturações na organização do MCTI, que passou a ser MCTIC, com a incorporação da extinta Pasta das Comunicações. Com isso houve mudanças na ocupação de cargos de chefia do Órgão Superior que acarretaram na necessidade de se desenvolver toda uma nova rede de relacionamento entre a liderança recém-empossada, de modo a se definir o papel do INT na estrutura do novo Ministério.
- Desenvolvimento do Planejamento Estratégico - Devido ao contingenciamento já descrito anteriormente, o INT não conseguiu fazer o acompanhamento do desenvolvimento de seu Planejamento Estratégico bem como a revisão que deveria ocorrer nesse exercício. Adicione-se a isso o fato de que as mudanças ocorridas na Direção do MCTIC fizeram com que todo o cronograma de acompanhamentos e de validação dos Termos de Compromisso de Gestão, Plano Diretor de Unidade sofressem descontinuidade, o que está sendo retomado em 2017.

Subitem 1.4. OUTRAS INFORMAÇÕES ÚTEIS PARA DESPERTAR A ATENÇÃO DOS USUÁRIOS DO RELATÓRIO

Em 2016, o INT deu início às comemorações de seus 95 anos, que aconteceu em 28/12/2016. Sempre atuando conforme preconiza sua Missão, com atuação estratégica no Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia e na Prestação de Serviços Técnicos à Sociedade.

Neste sentido uma programação foi elaborada, sendo a primeira atividade as Oficinas Olabi, onde houve participação externa relevante, a programação contemplou ainda as atividades de Terças Tecnológicas e Ideias e Tendências com a participação de palestrantes de alto gabarito, que incluíram debates e a criação de novo espaço criativo, observando o entorno do INT, novo ponto cultural do Rio de Janeiro. Vale lembrar que estas apresentações estão disponíveis no site do INT. Para 2017, diversas atividades darão continuidade à festividade.

Seção 2. VISÃO GERAL

Subitem 2.1. Finalidade e competências

A finalidade do INT é gerar e transferir tecnologia. Um dos meios de transferência é a prestação de serviços tecnológicos à sociedade, principalmente ao setor produtivo, desenvolvidos nas suas Unidades Organizacionais. A UPC exerce também sua finalidade por meio de estabelecimento de instrumentos contratuais com diferentes parceiros (empresas/indústrias, instituições congêneres/universidades, associações de classe).

As competências da Unidade estão relacionadas aos temas de química, engenharias, materiais, nanotecnologia, energia, certificação compulsória, microscopia eletrônica e desenho industrial, orientadas para a utilização do conhecimento na solução de problemas, promoção da inovação e da difusão de tecnologias. As razões da existência do INT, seu papel na sociedade e no Estado estão detalhadas na Figura 1 do Subitem 3.1.

Subitem 2.2. Norma e regulamento de criação, alteração e funcionamento

Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas

- Norma de criação do INT: Decreto Federal 15.209 de 28/12/1921.
- Normas de alteração do INT: Lei 13.341/2016, altera a Lei 10.683 de 28/05/2003 que dispõe sobre a estrutura organizacional da presidência da república e dos ministérios, transforma o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI em Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, mantém a vinculação do INT no inciso IV do artigo 29.
- Atualmente, o INT é regido pela Portaria MCTIC 5.152, de 14/ 11/2016, que define os termos de seu Regimento Interno (Publicado no Diário Oficial da União de 16/11/2016, Seção I, Páginas 34 a 37), revogando as anteriores.

Competências normatizadas

- Atribuição ao INT à condição de Instituição Científica e Tecnológica (ICT): artigo 2º, inciso V da Lei 10.973 (Lei da Inovação) de 2/12/2004 (DOU 03/02/2004), regulamentada pelo artigo 2, inciso V do Decreto 5.563 de 11/10/2005 (DOU 13/10/2005).
- Atribuição ao INT de constituição, em sua estrutura, de um Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): artigo 2º, inciso VI da Lei 10.973 (Lei da Inovação) de 2/12/2004 (DOU 03/02/2004), regulamentada pelo artigo 2º, inciso VI do Decreto 5.563 de 11/10/2005 (DOU 13/10/2005).
- Atribuição ao INT de competência para atuar como Organismo de Avaliação da Conformidade: credenciado pelo INMETRO sob o nº OCP 0023.
- Atribuição ao INT de competência para atuar como órgão pericial e de avaliações de bens da produção: Decreto 3.000/1999 (DOU 17/06/1999) que regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e Decreto 70.235/1972 de 06/03/1972 (DOU 07/03/1972) que dispõe sobre o processo administrativo fiscal.

Subitem 2.3. Ambiente de atuação

O INT é uma das mais antigas Unidades de Pesquisa do sistema nacional de Ciência e Tecnologia. Fundado em 28 de dezembro de 1921, como Estação Experimental de Combustíveis e Minérios (EECM), ligada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o INT surgiu com a função de

investigar e divulgar os processos industriais de aproveitamento de combustíveis e minérios do País. Seu fundador e primeiro diretor foi Ernesto Lopes da Fonseca Costa.

É Unidade de Pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, na forma do disposto no Decreto 8.877, de 18/10/2016 (Capítulo II, Artigo 2º, Inciso III, alínea h).

Tem caráter multidisciplinar e desde sua criação dedica suas atividades ao desenvolvimento de tecnologia industrial, com atuação focada em programas e ações estratégicas nacionais. São 95 anos de atuação em pesquisa, prestação de serviços e criação de instituições e empresas que contribuíram para a conformação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que pauta o desenvolvimento tecnológico e industrial brasileiro.

Contribuiu decisivamente para a criação do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e o Centro de Tecnologia do Nordeste (CETENE).

Recentemente atuou como unidade piloto na criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) e é atualmente um dos seus operadores, atuando em tecnologia química industrial, oferecendo competências em processos químicos, processos físico-químicos, tecnologia química orgânica e tecnologia química inorgânica ou, mais especificamente, em Catálise, Corrosão e Degradação, Desenho Industrial, Energia, Engenharia de Avaliações e de Produção, Ensaio de Materiais e Produtos, Inovação e Prospecção Tecnológicas, Processamento e Caracterização de Materiais, e Química Analítica.

Possui espaço físico que acolhe uma Incubadora de Empresas de base tecnológica e, dentro de suas competências, dispõe de 21 laboratórios equipados para o desenvolvimento de pesquisa, projetos e realização de serviços tecnológicos.

Subitem 2.3.1. PRINCIPAIS ATORES DO MESMO CONTEXTO (CONCORRENTES OU PARCEIROS)

Desde 2012 o INT concorre com outras instituições aos recursos da EMBRAPII, onde em algumas situações o INT é parceiro e em outras é concorrente. A EMBRAPII visa estimular a inovação no país. A participação no programa EMBRAPII colocou o INT numa posição estratégica para estimular a inovação nas empresas, já que considerando sua característica multidisciplinar, o Instituto reúne condições para desenvolver projetos de inovação que hoje as indústrias demandam para se firmarem em um mercado cada vez mais competitivo.

De forma complementar e transversal, o INT integra o Sistema Nacional de Nanotecnologia (Sisnano), por meio de seu Centro de Caracterização em Nanotecnologia (Cenano), com status de laboratório estratégico. Esta competência permite propor soluções inovadoras em nanoquímica, tendo por base tecnologias químicas orgânica e inorgânica.

Subitem 2.3.2. EXPECTATIVA DA POPULAÇÃO OU DO ESTRATO DA POPULAÇÃO QUANTO À ATUAÇÃO DO INT

Ciente do seu papel na geração de tecnologia, o INT tem estimulado a proteção de criações, licenciamentos e outras formas de repasse de tecnologia e informações técnicas à sociedade, além de formar empresas de base tecnológica. Essas atividades são amparadas no marco legal de C,T&I, impulsionadas pela Lei de Inovação e gerenciadas por meio de um Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e uma Incubadora de Empresas, além de ter um Escritório de Gerenciamento de Projetos, que dá suporte aos projetos de inovação desenvolvidos em parceria com as empresas.

Subitem 2.3.3. AMEAÇAS E OPORTUNIDADES QUANTO À ATUAÇÃO DO INT

No tocante a ameaças, o INT possui vários sistemas voltados para a manutenção da segurança e da saúde ocupacional, relativos à sua força de trabalho: sistemas de proteção contra emanções gasosas contaminantes; capelas de proteção ao calor e a explosões; sistema de portas corta-fogo e iluminação de emergência em áreas de escape; CAPPI; posto médico; plano de saúde disponível para adesão da força de trabalho; Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS).

Nos últimos três anos não se registraram sanções ou conflitos de qualquer natureza afins aos requisitos legais, regulamentares, éticos, ambientais, contratuais ou outros.

No tocante as oportunidades, o INT ampliou sua infraestrutura laboratorial para realização de projetos de PD&I, demandas regulatórias e demandas empresariais, coordena as seguintes Redes do SIBRATEC: Bioetanol, Plásticos e Borrachas, Serviços Tecnológicos de Produtos para Saúde e Rede de Extensão Tecnológica do Rio de Janeiro, bem como possui participação nas redes TIB, Produtos e Dispositivos Eletrônicos, Bioetanol/Enzimas e Bens de Capital.

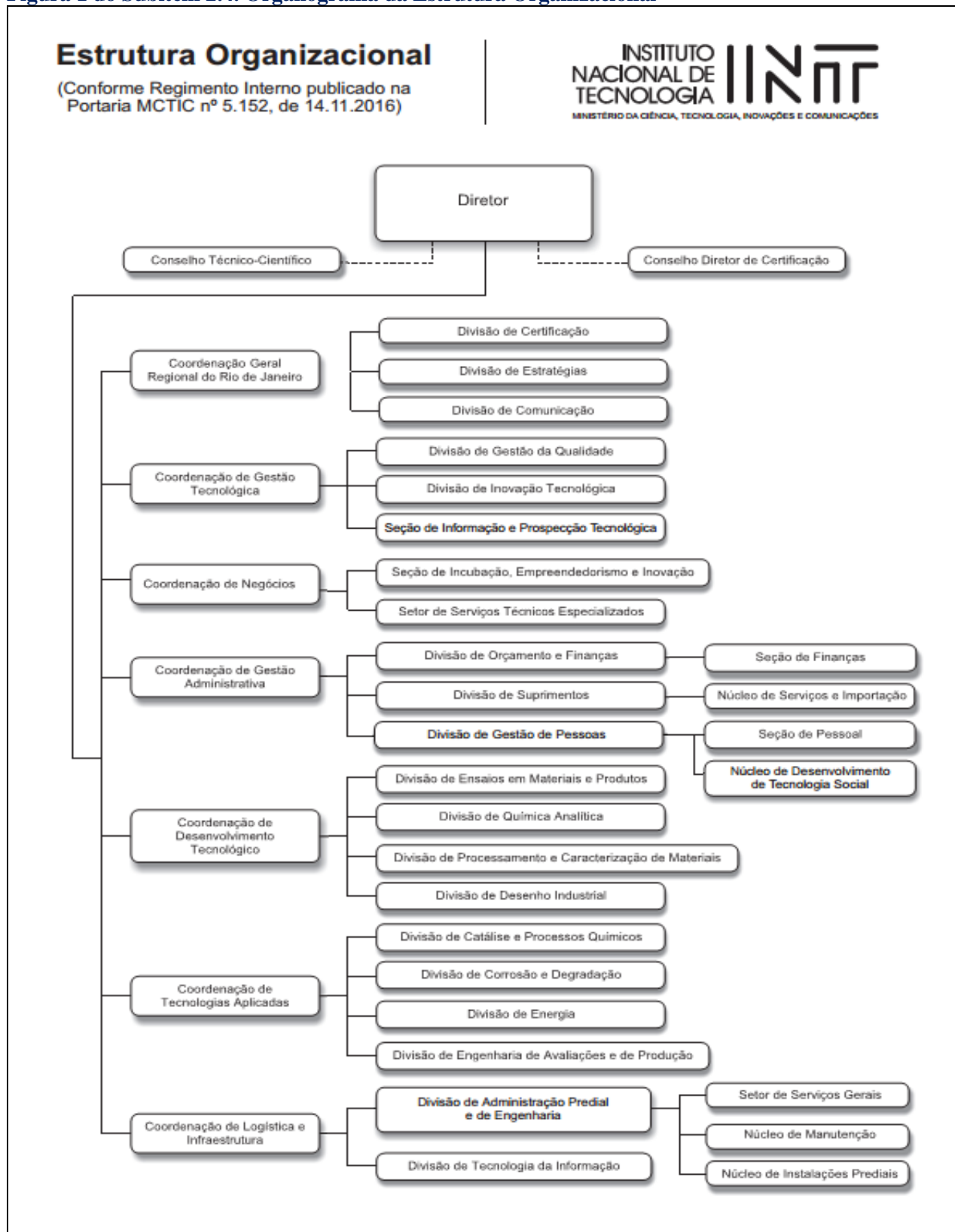
Vale lembrar que nos últimos anos, os cortes orçamentários e o contingenciamento do Orçamento Federal e a limitação de instrumentos para contratação de pessoas para reposição do quadro de pessoal têm afetado algumas atividades do INT, como: a participação em Fóruns e Comissões (ABNT e ISO), os intercâmbios internacionais e a participação em congressos.

A Política de Inovação do INT e Lei do Bem, estabelecendo as diretrizes estratégicas do INT no âmbito do Desenvolvimento Tecnológico para Inovação, com adoção de medidas para gestão da Política de Inovação é mais uma oportunidade quanto à atuação do INT.

Por fim, mas não menos importante, lembramos que desde 2009, o INT não conta com uma Assessoria Jurídica no Órgão, tendo que submeter seus Processos à apreciação da Consultoria Jurídica da União (CJU-RJ), o que cria mais uma etapa para os processos finalísticos ou de apoio, demandando um tempo maior na sua execução, ocasionando atraso no alcance das metas, descumprimento de alguns cronogramas e menor eficiência e eficácia na utilização de recursos orçamentários.

Subitem 2.4. Organograma

Figura 1 do Subitem 2.4. Organograma da Estrutura Organizacional



Quadro 1 do Subitem 2.4. Relação das Unidades Organizacionais e seus responsáveis

Denominação da Unidade Organizacional	Sigla	Responsável	CPF	Matrícula SIAPE
Direção	DIR	Fernando Cosme Rizzo Assunção	204.240.867-00	2237829
Coordenação Geral Regional do Rio de Janeiro	CGER	Carlos Alberto Marques Teixeira	548.471.257-20	662389
Divisão de Estratégias	DIEST	Mauricio Moutinho da Silva	738.872.427-34	1786214
Divisão de Certificação	DICER	Edir Alves Evangelista	201.589.988-04	9662811
Divisão de Comunicação	DICOM	Jorge Pereira da Silva	402.943.407-00	672870
Coordenação de Gestão Tecnológica	COGET	Haroldo de Jesus Clarim	551.909.107-25	662442
Divisão de Gestão da Qualidade	DIGEQ	Maria Gabriela Pinto de Almeida Simões	014.246.897-59	1361285
Divisão de Inovação Tecnológica	DINTE	Fabíola Pereira de Castro	086.824.607-77	1529438
Seção de Informação e Prospecção Tecnológica	SEIPT	Lídia Maria da Silva Schrago Mendes	545.740.567-20	662484
Coordenação de Negócios	CONEG	Vicente Landim de Macêdo Filho	182.297.001-68	662782
Seção de Incubação, Empreendedorismo e Inovação	SEIEI	Luiz Eduardo Genovez de Alcantara	808.857.647-49	662481
Setor de Serviços Técnicos Especializados	SESTE	Jorge Luís Torres Braga	535.512.307-49	673201
Coordenação de Gestão Administrativa	COADM	Maria Marta Gomes de Sousa	430.551.847-34	662539
Divisão de Orçamento e Finanças	DIORF	Eduardo César Guimarães	344.774.207-06	662654
Seção de Finanças	SEFIN	Maria de Lourdes Gonçalves Castainça	600.508.967-68	662537
Divisão de Suprimentos	DISUP	José Eduardo Sallibi	496.025.277-49	662526
Núcleo de Serviços e Importação	NUSIM	Ronaldo da Conceição Mota	269.371.237-87	662293
Divisão de Gestão de Pessoas	DIGEP	Carla dos Santos Macedo Paes	025.624.767-60	1207051
Seção de Pessoal	SEPES	Thaís Medeiros da Silva	052.378.967-07	2003003
Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologia Social	NUDTS	Gustavo Silva Menezes	036.854.257-22	1474668
Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico	CODTE	Paulo Gustavo Pries de Oliveira	492.617.117-15	662516
Divisão de Ensaio em Materiais e Produtos	DIEMP	Ibrahim de Cerqueira Abud	380.454.277-87	662444
Laboratório de Caracterização de Propriedades Mecânicas e Microestruturais	LACPM	Ibrahim de Cerqueira Abud	380.454.277-87	662444
Laboratório de Ensaio de Produtos	LAENP	José Roberto Albuquerque Gonçalves	812.008.117-04	662571
Laboratório de Avaliação de Artigos Médicos Hospitalares	LAAMH	Janaína Dallas C. K. Fonseca da Silva	033.725.607-10	2361327
Divisão de Química Analítica	DIQAN	Weber Friederchs Landim de Souza	008.580.357-07	1359703
Laboratório de Química Analítica Inorgânica	LAQUA	Weber Friederchs Landim de Souza	008.580.357-07	1359703
Laboratório de Tabaco e Derivados	LATAB	Simone Carvalho Chiapetta	070.188.558-02	1288231
Laboratório de Análise Orgânica Instrumental	LANOI	Claudete Norie Kunigami	444.194.307-53	662409
Divisão de Processamento e Caracterização de Materiais	DIPCM	Márcia Gomes de Oliveira	037.547.487-00	1361334
Laboratório de Tecnologia de Materiais Poliméricos	LAMAP	Djanira Maria de Rezende Costa	215.668.286-00	662278
Laboratório de Tecnologia de Pós	LATEP	Marize Varella de Oliveira	374.780.797-68	662462

Denominação da Unidade Organizacional	Sigla	Responsável	CPF	Matrícula SIAPE
Divisão de Desenho Industrial	DIDIN	Maria Cristina Palmer Lima Zamberlan	663.553.037-15	662427
Laboratório de Ergonomia	LABER	Maria Cristina Palmer Lima Zamberlan	663.553.037-15	662427
Laboratório de Modelos Tridimensionais	LAMOT	Márcio Ribeiro Rodrigues de Oliveira	011.801.447-16	1361332
Coordenação de Tecnologias Aplicadas	COTA	Antonio Souto de Siqueira Filho	295.789.577-34	662376
Divisão de Catálise e Processos Químicos	DICAP	Marco André Fraga	000.744.397-82	1362000
Laboratório de Catálise	LACAT	Alexandre Barros Gaspar	014.442.727-30	1474688
Laboratório de Biocatálise	LABIC	Viridiana Santana Ferreira-Leitão	037.633.947-02	1361322
Laboratório de Catálise Combinatorial	LACCO	Marco André Fraga	000.744.397-82	1361332
Divisão de Corrosão e Degradação	DICOR	Olga Batista Ferraz	242.153.097-00	662472
Laboratório de Corrosão e Proteção	LACOR	Denise Souza de Freitas	919.335.107-06	1361333
Laboratório de H ₂ S, CO ₂ e Corrosividade	LAH ₂ S	Olga Batista Ferraz	242.153.097-00	662472
Laboratório de Biocorrosão e Biodegradação	LABIO	Marcia Teresa Soares Lutterbach	746.959.597-04	1474801
Divisão de Energia	DIENE	Maurício Francisco Henriques Júnior	512.675.007-00	662477
Laboratório de Gás e Energia	LAGEN	Mauricio Francisco Henriques Junior	512.675.007-00	662477
Laboratório de Combustíveis e Lubrificantes	LACOL	Elizabeth da Silva Figueiredo	029.025.357-83	1361326
Laboratório de Microalgas	LABIM	Claudia Maria Luz Lapa Teixeira	772.288.807-06	1362468
Divisão de Engenharia de Avaliações e de Produção	DIEAP	Valeria Said de Barros Pimentel	901.515.507-00	1474810
Coordenação de Logística e Infra-Estrutura	COLIN	Guilherme Assunção de Góes	299.794.637-91	1905904
Divisão de Tecnologia da Informação	DINFO	Ricardo Ferreira Vieira de Castro	709.291.907-00	662572
Divisão de Administração Predial e de Engenharia	DIAPE	Carolina Bertolossi Lima Nahes	053.594.997-96	2051092
Setor de Serviços Gerais	SESEG	Marcelo Peres Lopes	882.928.607-97	67222
Núcleo de Manutenção	NUMAN	Jorge Medeiros de Lima	373.536.407-15	662512
Núcleo de Instalações Prediais	NUINP	Carolina Bertolossi Lima Nahes	053.594.997-96	2051092
Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste	CETENE			
Coordenação Geral Regional do Nordeste	CGR	André Galembeck	137.683.828-18	1301657
Coordenação de Desenvolvimento de Tecnologias	CODT	Antônio Vaz de Albuquerque Cavalcanti	536.095.574-00	2199288
Coordenação de Gestão Administrativa	COGE	Lygia Vilmar Britto	376.253.907-30	662519
Divisão de Administração	DIAD	Priscila de Andrade Calife	050.436.754-46	1577513
Serviço de Apoio Administrativo	SAAD			

Fonte: Regimento Interno do INT

Quadro 2 do Subitem 2.4. Competências das Unidades Organizacionais

Unidades Organizacionais Estratégicas do INT	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Coordenação Geral Regional do Rio de Janeiro	Supervisão e coordenação dos projetos e atividades de desenvolvimento tecnológico, tecnologias aplicadas e de promoção da inovação.	Carlos Alberto Marques Teixeira	Coordenador-Geral Regional do Rio de Janeiro	01/01/2016 a 31/12/2016
Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico	Coordenação dos projetos e atividades de desenvolvimento tecnológico e de nanotecnologia.	Paulo Gustavo Pries de Oliveira	Coordenador	01/01/2016 a 31/12/2016
Divisão de Química Analítica	Execução de projetos e prestação de serviços nos focos de atuação aplicando as competências de química analítica.	Weber Landim Friederichs de Souza	Chefe de Divisão	01/01/2016 a 31/12/2016
Divisão de Processamento e Caracterização de Materiais	Caracterização de materiais poliméricos, metálicos e cerâmicos.	Marcia Gomes de Oliveira	Chefe de Divisão	01/01/2016 a 31/12/2016
Divisão de Ensaio em Materiais e Produtos	Estudos e ensaios em materiais e produtos.	Ibrahim de Cerqueira Abud	Chefe de Divisão	01/01/2016 a 31/12/2016
Divisão de Desenho Industrial	Aplicação de técnicas e métodos de prototipagem e ergonomia a produtos e processos.	Maria Cristina Palmer Zamberlan	Chefe de Divisão	01/01/2016 a 31/12/2016
Coordenação de Tecnologias Aplicadas	Coordenação de projetos e atividades de tecnologias aplicadas.	Antonio Souto de Siqueira Filho	Coordenador	01/01/2016 a 31/12/2016
Divisão de Corrosão e Degradação	Execução de projetos e serviços aplicando as competências de corrosão e proteção.	Olga Batista Ferraz	Chefe de Divisão	01/01/2016 a 31/12/2016
Divisão de Catálise e Processos Químicos	Execução de projetos e serviços aplicando as competências de catálise e processos químicos.	Marco André Fraga	Chefe de Divisão	01/01/2016 a 31/12/2016
Divisão de Energia	Execução de projetos e serviços aplicando as competências em eficiência e conservação de energia.	Maurício Francisco Henriques Jr.	Chefe de Divisão	01/01/2016 a 31/12/2016
Divisão de Engenharia de Avaliações e de Produção	Execução de serviços e projetos aplicando as competências de avaliação técnico/econômica e gestão da produção.	Valéria Said de Barros Pimentel	Chefe de Divisão	01/01/2016 a 31/12/2016

Unidades Organizacionais Estratégicas do INT	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Coordenação de Negócios	Promoção das competências técnicas e Captação de negócios para as divisões técnicas.	Vicente Landim de Macêdo Filho	Coordenador	01/01/2016 a 31/12/2016
Divisão de Certificação	Execução de serviços aplicando as competências de certificação.	Edir Alves Evangelista	Chefe de Divisão	01/01/2016 a 31/12/2016
Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE	Coordenação e gerenciamento dos programas estratégicos do INT para o Nordeste; supervisionar as atividades das demais coordenações no Nordeste; e estruturar, supervisionar a execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, entre outros, pertinentes à instituição.	André Galembeck	Coordenador-Geral Regional do Nordeste	01/01/2016 a 31/12/2016
Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE	Coordenação de projetos e atividades de desenvolvimento tecnológico.	Antônio Vaz de Albuquerque Cavalcanti	Coordenador	01/01/2016 a 31/12/2016

Fonte: Planejamento Estratégico do INT

Subitem 2.5. Macroprocessos finalísticos

O INT definiu suas metas institucionais, seus objetivos e iniciativas estratégicas a partir da abordagem proposta pela metodologia *Balanced Scorecard*. Desse modo, também foram identificados os processos organizacionais necessários ao seu atendimento, existentes ou não.

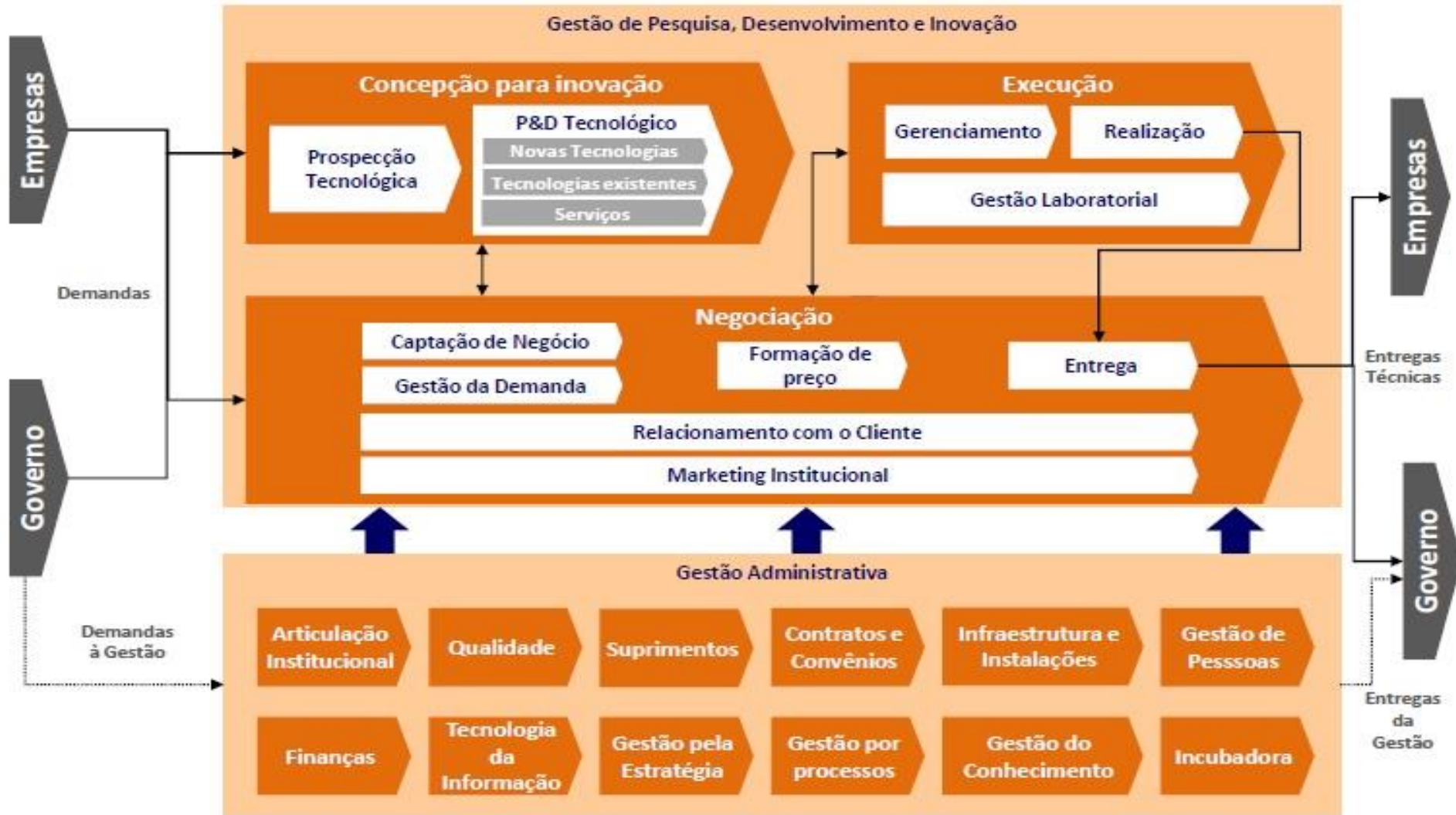
Os macroprocessos finalísticos do INT são: Gestão da Inovação, Gestão Tecnológica e Gestão de Negócio. Por meio deles se criam e entregam o valor gerado pelo INT aos clientes externos, por meio das entregas técnicas.

O Mapa de Relacionamento (Figura 1 do Subitem 3.1.) explicita de forma sucinta como os macroprocessos organizacionais interagem entre si e com o ambiente externo.

Os macroprocessos finalísticos estão agrupados sob o título “Gestão de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação”. Eles são apoiados pelos processos agrupados no tema “Gestão Administrativa”. Estão estabelecidos em um tripé que abrange:

- **Concepção para a inovação**, englobando os processos de prospecção e P&D tecnológicos.
- **Execução**, apoiada pelos processos de gerenciamento, realização e gestão laboratorial.
- **Negociação**, que alinha os processos de captação, gestão da demanda, formação de preços, relacionamento com o cliente e o marketing institucional.

Figura 1 do Subitem 2.5. Mapa de Relacionamento Interno e Externo



Quadro 1 do Subitem 2.5. Macroprocessos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidade Responsável	
Concepção Para Inovação	Trata da prospecção de necessidades e mercado para a inovação a ser realizada no INT no médio e longo prazo.	Relatório de Planejamento Estratégico Tecnológico para cada foco de atuação do INT	Coordenação de Negócios, Coordenações Técnicas e Divisões Técnicas	CADEs (Comitê de Assessoramento sobre Demandas Estratégicas) (*) e DINT (Divisão de Informações Tecnológicas)	
Execução	Gestão da execução das entregas técnicas realizadas pelo INT, desde o planejamento do projeto até a entrega definitiva ao cliente para fechamento do contrato.	Desenvolvimento tecnológico, certificação de produtos, ensaios, e engenharia de avaliação de produtos	Indústria e Governo	Coordenações e Divisões Técnicas; Escritório de Projetos	
Negociação	Engloba todo o processo de captação de negócios, precificação, acompanhamento de contratos, relacionamento com clientes e captação de recursos.	Plano de Marketing e Relacionamento com Clientes	Divisões Técnicas Indústria e Governo	Coordenação de Negócios (CONE)	

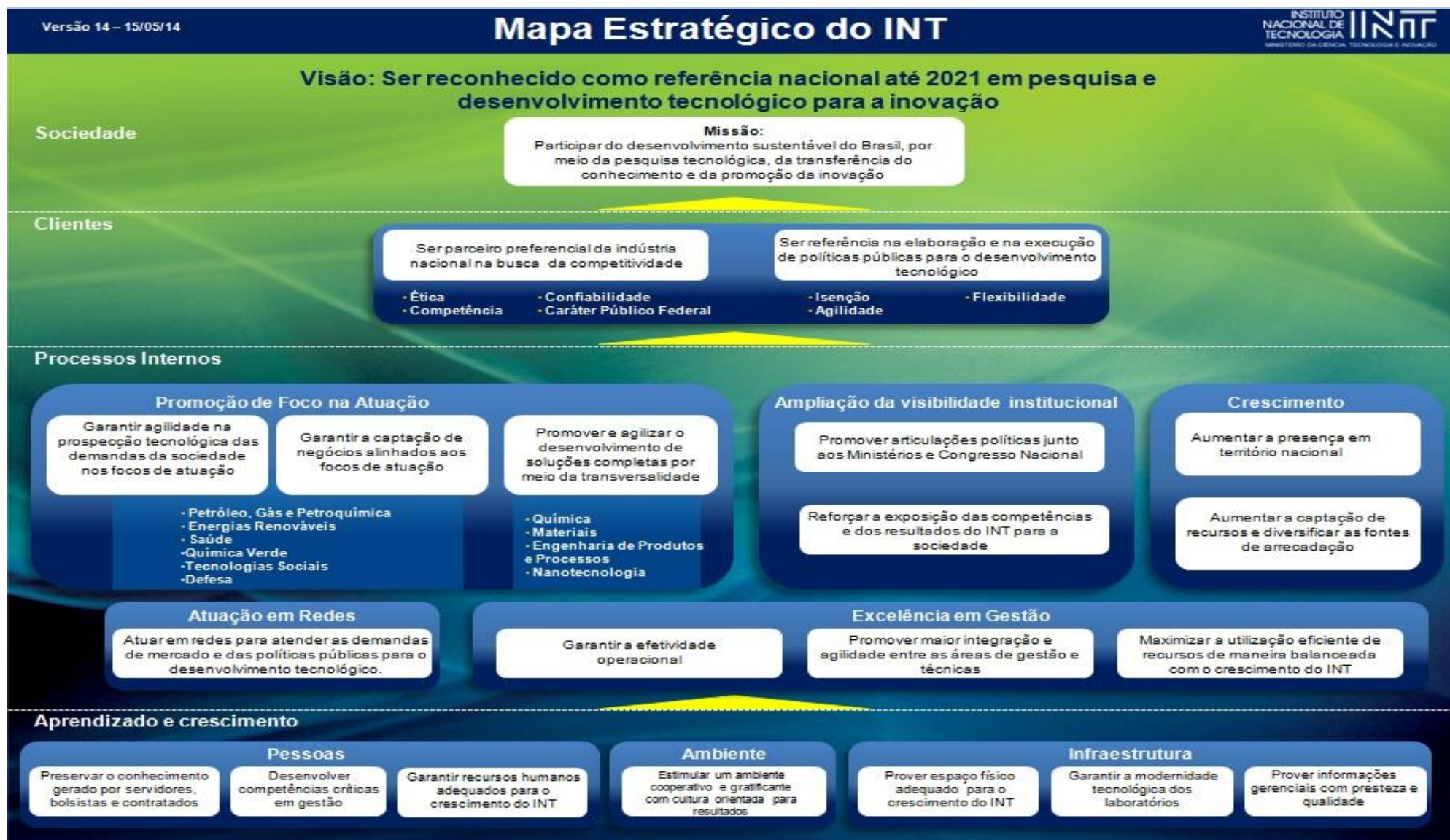
Fonte: Planejamento Estratégico do INT

Seção 3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Subitem 3.1. Planejamento Organizacional

O planejamento organizacional segue princípios e objetivos definidos no planejamento estratégico denominado “Gestão da Estratégia”, descritos no “Mapa Estratégico”. Desenvolvido em 2011, baseado na metodologia “Balanced Scorecard”, vem sendo aperfeiçoado, encontrando-se na sua 14ª versão. Atualmente estuda-se a 15ª versão, a ser aplicada em 2017.

Figura 1 do Subitem 3.1. Mapa Estratégico



Essa metodologia prevê a contínua revisão de premissas e a definição das políticas, filosofias e objetivos gerais que são à base de todo o processo de planejamento. Permeia os diversos níveis organizacionais, norteando a tomada de decisões e alocação de recursos e conferindo ao planejamento organizacional a flexibilidade necessária, de modo a absorver as mudanças do ambiente, sem que se perca o foco e utilidade.

O planejamento organizacional leva em conta a Missão e a Visão de futuro ao estabelecer os objetivos estratégicos nas quatro dimensões do “Mapa Estratégico”: Sociedade, Clientes, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento.

Os objetivos estratégicos (quadros brancos do “Mapa Estratégico”) são agrupados em temas (quadros azuis do “Mapa Estratégico”), que contemplam todos os aspectos da atuação interna e externa do INT. Eles são operacionalizados por “iniciativas estratégicas”, que possuem indicadores de desempenho.

Na prática, os “indicadores estratégicos” compõem um amplo mecanismo de checagem regular de desempenho das diversas iniciativas que visam, ao final, a consecução dos objetivos estratégicos. Os resultados medidos por meio desses indicadores auxiliam a tomada de decisões apropriadas a cada caso.

Subitem 3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício de 2016

Os objetivos dos exercícios são os mesmos expostos no “Mapa Estratégico” elaborado considerando limitações internas do INT (problemas de instalações, deficiências de pessoal, restrições no orçamento e nos recursos financeiros ou outras que, de forma exclusiva ou conjunta, levaram à opção por um determinado caminho ou orientação para a gestão em detrimento de outras opções), bem como as forças que estão disponíveis nas competências internas.

Quadro 1 do Subitem 3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício por perspectiva

Perspectiva	Objetivos Estratégicos	Descrições dos Objetivos Estratégicos
Sociedade	Participar do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio da pesquisa tecnológica, da transferência do conhecimento e da promoção da inovação	O INT tem como objetivo primordial participar no desenvolvimento sustentável da nação através da sua excelência em pesquisa tecnológica e transferência do conhecimento via processos e produtos. As pesquisas, desenvolvimentos e serviços do instituto contribuem para o aumento de competitividade da indústria nacional e promovem inovações que impactam positivamente a Sociedade Brasileira.
Clientes	Ser parceiro preferencial da indústria nacional na busca de competitividade	Ser reconhecido pela indústria nacional pela qualidade das soluções tecnológicas e serviços entregues e como um parceiro ágil, competente, comprometido, flexível, confiável e ético.
	Ser referência na elaboração e na execução de políticas públicas para o desenvolvimento tecnológico	Ser reconhecido pelo MCTI e pelos Órgãos de governo e agências reguladoras como um instituto modelar que fornece subsídios para a formulação e executa com competência, isenção e confiança as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento tecnológico da nação.

Fonte: Planejamento Estratégico do INT

Quadro 2 do Subitem 3.1.1. Descrição Sintética dos objetivos do exercício por Perspectiva e Tema

Perspectiva	Tema	Objetivos Estratégicos	Descrições dos Objetivos Estratégicos
Perspectiva Processos Internos	Promoção no foco de atuação	Garantir agilidade na prospecção tecnológica e na captação de negócios de demandas da sociedade no foco de atuação.	Assegurar a atuação institucional na identificação, priorização e atendimento com agilidade das demandas da sociedade nos focos de atuação do INT, seja por meio da realização de estudos tecnológicos prospectivos, seja por meio do fortalecimento do processo de captação de negócios. No curto e médio prazos, os focos de atuação

Perspectiva	Tema	Objetivos Estratégicos	Descrições dos Objetivos Estratégicos
			institucionais definidos são: Saúde, Petróleo, Gás e Petroquímica, Química Verde, Energias Renováveis, Tecnologias Sociais e Defesa.
		Promover e agilizar o desenvolvimento de soluções completas por meio da transversalidade.	Assegurar o atendimento das necessidades dos clientes no prazo acordado, agregando valor às entregas ao explorar o potencial multidisciplinar do INT e a complementaridade dos principais eixos de conhecimento.
		Garantir portfólio de entregas técnicas alinhado ao foco de atuação.	Gerir o portfólio de Entregas Técnicas do INT de forma a incentivar a captação de novas entregas alinhadas aos focos de atuação e assegurar tratamento diferenciado às entregas existentes já alinhadas, considerando sua relevância estratégica e a disponibilidade de recursos.
Processos Internos	Ampliação da Visibilidade Institucional	Promover articulações políticas junto aos Ministérios e Congresso Nacional	Fortalecer o relacionamento institucional do INT junto aos ministérios e ao Congresso Nacional por meio da estruturação, formalização e acionamento de uma rede de contatos junto a órgãos de interesse político.
		Reforçar a exposição das competências e dos resultados do INT para a sociedade	Aumentar a visibilidade do INT no âmbito nacional e internacional por meio de um plano estruturado e proativo de difusão técnica e divulgação institucional dos resultados.
Processos Internos	Crescimento	Aumentar a presença em território nacional	Desenvolver oportunidades para aportar soluções tecnológicas em território nacional por meio de escritórios de representação ou instrumentos de cooperação formais com instituições locais.
		Aumentar a captação de recursos e diversificar as fontes de arrecadação	Aumentar a captação de recursos financeiros preservando o equilíbrio entre as principais fontes de arrecadação. A diversificação visa evitar a concentração da receita.
Processos Internos	Excelência em Gestão	Promover maior integração e agilidade entre as áreas de gestão e técnicas.	Permitir maior integração e eficiência entre as áreas de gestão e técnicas, por meio da definição e implementação de processos transversais de gestão (gestão por processos), ressaltando os níveis de serviço acordados.
		Maximizar a utilização eficiente de recursos de maneira balanceada com o crescimento do INT.	Garantir a execução eficaz e eficiente do orçamento e dos recursos financeiros do INT por meio de um processo de gestão financeira, permitindo seu acompanhamento em tempo real.
		Garantir a efetividade operacional.	Aumentar a eficiência e a eficácia dos processos operacionais técnicos e de gestão por meio da excelência na execução das práticas de gestão.
Processos Internos	Atuação em Redes	Atuar em redes para atender às demandas de mercado e de políticas públicas para o desenvolvimento tecnológico.	Incentivar a participação em redes de forma a gerar maior sinergia para as entregas técnicas do INT no atendimento das demandas públicas e de mercado, buscando a liderança com apoio institucional.
Perspectiva Aprendizado & Crescimento	Ambiente	Estimular um ambiente cooperativo e gratificante com cultura orientada para resultados	Estimular uma cultura organizacional que valorize a gestão compartilhada, o trabalho interdivisivo, a excelência em gestão, a comunicação e o compromisso com a inovação e resultados.
Perspectiva Aprendizado & Crescimento	Pessoas	Desenvolver competências críticas em gestão	Atrair novos e capacitar os atuais recursos humanos envolvidos em processos críticos de gestão (gestão de pessoas, de processos, de projetos e da estratégia), assegurando a prontidão do capital humano para o crescimento do INT.
		Garantir recursos humanos adequados para o crescimento do	Atrair e manter um corpo funcional adequado em termos de quantidade e competência, com o propósito de contribuir para o crescimento perene do INT.

Perspectiva	Tema	Objetivos Estratégicos	Descrições dos Objetivos Estratégicos
		INT	
Perspectiva Aprendizado & Crescimento	Infraestrutura	Prover espaço físico adequado para o crescimento do INT	Garantir instalações (facilidades e utilidades) e espaço físico adequados para as necessidades atuais e futuras do INT, atendendo aos requisitos de funcionalidade, de saúde ocupacional, de segurança e de sustentabilidade.
		Garantir a modernidade tecnológica dos laboratórios	Assegurar que os laboratórios do INT disponham de equipamentos tecnologicamente atualizados na quantidade e na qualidade para o atendimento de suas demandas, atendendo aos requisitos das normas de saúde, segurança e sustentabilidade.
		Prover com presteza e qualidade informações gerenciais para tomada de decisão	Ter um sistema automatizado de gestão da informação (software e hardware) integrado, quando possível, aos sistemas do governo federal, e capaz de subsidiar de forma ágil e confiável a tomada de decisão dos gestores do INT.

Fonte: Planejamento Estratégico do INT

Subitem 3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

No ano de 2016 foi iniciado o processo de elaboração do Plano Estratégico (PDU), ciclo 2017-2021, com a revisão dos focos de atuação do INT e a atualização do Mapa estratégico do INT com seus Objetivos, Indicadores e Meta.

Subitem 3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O plano estratégico do INT está em grande parte explicitado por meio de seu Mapa Estratégico, conforme apresentada na figura 1 do Subitem 3.1, onde estão apresentados sua missão e seus objetivos estratégicos, os focos de atuação e suas principais competências de forma congruente e alinhada à estratégia institucional.

Subitem 3.1.4. Desdobramento do plano estratégico

Como principais produtos da execução do plano estratégico 2011-2015, podemos destacar a elaboração do Plano de Negócio, Plano de Marketing, Plano de Comunicação, Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI); Planejamento Estratégico e Tecnológico (PET) – com a criação do Comitê de Assessoramento sobre Demandas (CADE) para o foco Química Verde. Além disso, foi criado o Escritório de Gerenciamento de Projetos, que visa realizar atividades de subsídio ao planejamento, implantação e avaliação de resultados conforme a metodologia PMBOK.

Subitem 3.1.5. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultado dos planos

A UPC monitora seu desempenho por meio dos indicadores de desempenho associados aos Objetivos Estratégicos (quadros do subitem 3.1.6.) e por meio dos indicadores do seu Termo de Compromisso de Gestão (TCG) (quadros 1 e 2 do subitem 3.2.8.). O acompanhamento dos indicadores estratégicos é realizado em base semestral por ocasião de Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE). Do mesmo modo os indicadores do TCG são apurados semestralmente por meio de elaboração dos relatórios parcial e anual.

Subitem 3.1.6. Indicadores dos Objetivos Estratégicos

Quadro 1 do Subitem 3.1.6. Indicadores Sociedade

Tema	Objetivos	Indicadores
Sociedade	Participar do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio da pesquisa tecnológica, da transferência do conhecimento e da promoção da inovação.	Índice de Aderência da Produção à Estratégia
		Índice de prováveis impactos das entregas técnicas

Fonte: Planejamento Estratégico do INT

Quadro 2 do Subitem 3.1.6. Indicadores Clientes

Tema	Objetivos	Indicadores
Clientes	Ser parceiro preferencial da indústria nacional na busca da competitividade.	Grau de satisfação de clientes
		Índice de novos clientes
	Ser referência na elaboração e na execução de políticas públicas para o desenvolvimento tecnológico.	Percentual de entregas ligadas aos ministérios e agências reguladoras
		Representação em fóruns de formulação de políticas públicas nos seis focos de atuação

Fonte: Planejamento Estratégico do INT

Quadro 3 do Subitem 3.1.6. Indicadores Promoção do Foco de Atuação

Tema	Objetivos	Indicadores
Promoção do Foco de Atuação	Garantir agilidade na prospecção tecnológica das demandas da sociedade nos focos de atuação.	Índice de prospecção tecnológica
		Índice de alinhamento das entregas técnicas ao foco de atuação
	Garantir a captação de negócios alinhados aos focos de atuação.	Índice de captação de negócios
		Índice de alinhamento da receita das entregas técnicas
		Índice de transversalidade
	Promover e agilizar o desenvolvimento de soluções completas por meio da transversalidade.	Índice de contribuição para a transversalidade

Fonte: Planejamento Estratégico do INT

Quadro 4 do Subitem 3.1.6. Indicadores Atuação em Redes

Tema	Objetivos	Indicadores
Atuação em redes	Atuar em redes para atender as demandas de políticas públicas e de mercado para o desenvolvimento tecnológico.	Índice de entregas técnicas em rede
		Índice de liderança de redes

Fonte: Planejamento Estratégico do INT

Quadro 5 do Subitem 3.1.6. Indicadores Ampliação da Visibilidade Institucional

Tema	Objetivos	Indicadores
Ampliação da visibilidade institucional	Promover articulações políticas junto aos Ministérios e Congresso Nacional.	---
	Reforçar a exposição das competências e dos resultados do INT para a sociedade.	Indicador Webmetrics
		Índice de divulgação
		Publicações do INT

Fonte: Planejamento Estratégico do INT

Quadro 6 do Subitem 3.1.6. Indicadores Crescimento

Tema	Objetivos	Indicadores
Crescimento	Aumentar a presença em território nacional.	
	Aumentar a captação de recursos e diversificar as fontes de arrecadação.	Índice de pactuação de recursos via empresas privadas
		Índice de pactuação de recursos via Embrapii
		Índice de pactuação de recursos via fonte 150 (Tesouro)
		Índice de pactuação de recursos via agências de fomento
	Índice de pactuação de entregas não alinhadas	

Fonte: Planejamento Estratégico do INT

Quadro 7 do Subitem 3.1.6. Indicadores Excelência em Gestão

Tema	Objetivos	Indicadores
Excelência em gestão	Garantir a efetividade operacional	Pontuação ABIPTI
	Promover maior integração e agilidade entre as áreas de gestão e técnicas.	---
	Maximizar a utilização eficiente de recursos de maneira balanceada com o crescimento do INT.	Índice de execução financeira dos contratos com empresas privadas
		Índice de execução financeira dos convênios e cooperações
	Índice de execução orçamentária do tesouro	

Fonte:

Quadro 8 do Subitem 3.1.6. Indicadores Infraestrutura

Tema	Objetivos	Indicadores
Infraestrutura	Prover espaço físico adequado para o crescimento do INT.	Índice de adequação do espaço físico
	Garantir a modernidade tecnológica dos laboratórios.	Índice de atualização de equipamentos
		Índice de adequação da infraestrutura laboratorial
	Prover informações gerenciais com presteza e qualidade.	---

Fonte: Planejamento Estratégico do INT

Quadro 9 do Subitem 3.1.6. Indicadores Ambiente

Tema	Objetivos	Indicadores
Ambiente	Estimular um ambiente cooperativo e gratificante com cultura orientada para resultados.	-

Fonte: Planejamento Estratégico do INT

Quadro 10 do Subitem 3.1.6. Indicadores Pessoas

Tema	Objetivos	Indicadores
Pessoas	Preservar o conhecimento gerado por servidores, bolsista e contratado.	Índice de repasse do conhecimento
		Índice de propriedade intelectual
	Desenvolver competências críticas em gestão.	Índice de capacitação em gestão
	Garantir recursos humanos adequados para o crescimento do INT.	Índice de adequação do corpo funcional nas áreas de gestão
		Índice de adequação do corpo funcional nas áreas técnicas
		Qualificação do corpo funcional
	Incorporação de conhecimento anual	

Fonte: Planejamento Estratégico do INT

Subitem 3.2. Desempenho orçamentário

A subordinação da UPC ao Órgão Superior restringe a programação do orçamento à proposta de atributos da ação finalística (finalidade, descrição, produto, unidade de medida e implementação).

Quanto aos valores do orçamento, estes são definidos e apresentados à UPC pelo Órgão Superior na elaboração da sua Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Em 2016 o Ministério atribuiu 11.749.790 à PLOA da UPC, sendo 6.779.669 para a ação finalística e 4.970.120 para a ação administrativa e finalizou com a concessão de 10.509.967 (6.689.426 para ação finalística e 3.820.541 para a ação administrativa) no orçamento da LOA/2016 da UPC.

No transcorrer do exercício a UPC sinalizou ao Órgão Superior justificativas da necessidade de suplementação orçamentária por meio de Ofício (figura 1 do subitem 9.1) e pelas rodadas de alterações orçamentárias viabilizadas pela Portaria SOF 12/2016. Houve um remanejamento de R\$ 700.000,00 de Capital para Custeios e uma suplementação de crédito no valor de 2.420.000, em Custeios operacionalizada na 2º rodada.

A lógica da programação de alocação de recursos adotada pelo INT para a consecução dos objetivos de 2016 foi orientada pela priorização de alocação de recursos para os compromissos contratuais, despesas com diárias e passagens, aquisição de insumos para laboratórios e aquisição de softwares, equipamentos de TI e de laboratório. Os créditos restantes foram distribuídos pelas áreas técnicas para contratação de serviços, importações e pelas áreas de gestão na complementação de contratos de manutenção e infraestrutura.

Entende-se por orçamento programado o valor da LOA. No exercício de que trata este relatório, além da provisão da LOA, a UPC contou com a referida suplementação, com créditos provenientes de descentralizações formalizadas com Órgão Superior pelos instrumentos denominados Termos de Execução Descentralizada (TED), além das provisões para concessão de benefícios de Custeios (auxílio natalidade e auxílio funeral) e repasse para ressarcimento de empregado público lotado no INT oriundo de outra UPC.

Os restos a pagar dos PTRES da ação 20UN de exercícios anteriores, referem-se ao exercício de 2015. Nos exercícios anteriores a 2015 esta ação esteve associada a Programas de Trabalhos Resumidos diferentes daqueles de que tratam o presente relatório.

Subitem 3.2.1. Acompanhamento da Ação Temática 20UN do exercício 2016 no PPA 2016-2019 da UPC

Quadro 1 do Subitem 3.2.1. Acompanhamento da Ação Temática 20UN do exercício 2016 no PPA 2016-2019 da UPC

Código-Descrição do Programa	Código da Ação-Descrição da Ação	Programa de Trabalho: Função, Subfunção. Programa. Ação. Localizado de Gasto	Código do Programa de Trabalho Resumido (PTRES)-Código do Plano Orçamentário (PO)-Descrição do PO	Produto	Meta Física prevista	Meta Física realizada	Dotação Recebida	Dotação Concedida	Dotação Empenhada
2021-Ciência, Tecnologia e Inovação	20UN-Ciência, Tecnologia e Inovação no INT	19.572.2021.20UN.0001	090579-0001 Transferência do Conhecimento Tecnológico	solução tecnológica gerada	22	25	1.305.306	0	1.094.445
2021-Ciência, Tecnologia e Inovação	20UN-Ciência, Tecnologia e Inovação no INT	19.572.2021.20UN.0001	090597-0002 Promoção da Inovação na Sociedade	projeto desenvolvido	22	25	1.936.474	26.908	1.857.371
2021-Ciência, Tecnologia e Inovação	20UN-Ciência, Tecnologia e Inovação no INT	19.572.2021.20UN.0001	090606-0003 Pesquisa e Desenvolvimento dos Focos de Atuação Estratégica do INT	pesquisa tecnológica gerada	65	66	3.622.646	62.621	3.493.513

Fonte: SIAFI Operacional

Dotação Recebida: corresponde à LOA + Créditos recebidos no exercício.

Dotação Concedida: corresponde à provisão concedida a outras UPCs do Órgão Superior.

Dotação Empenhada: corresponde aos créditos empenhados pela UPC 240104.

Quadro 2 do Subitem 3.2.1. Detalhamento da Dotação Concedida da Ação 20UN

PTRES	UPC Emitente	UPC Favorecida	Dotação Concedida
090597	240104	240133	26.908
090606	240104	240127	62.621

Fonte: SIAFI Operacional

Subitem 3.2.1.1. Cronologia dos eventos orçamentários no exercício

Quadro 1 do Subitem 3.2.1.1. Cronologia dos eventos orçamentários no exercício

Data	Evento	Valor
08/10/2015	Órgão Superior informa PLOA 2016 à UPC	11.749.790
14/01/2016	Presidência da República sanciona a Lei 13.255 (LOA 2016)	
15/01/2016	Publicação da LOA 2016 no Diário Oficial da União (DOU), Seção 1, páginas 1 a 10	
20/01/2016	Órgão Superior informa LOA à UPC	10.344.470
03/02/2016	Secretaria de Orçamento Federal (SOF) edita Portaria 12 para solicitação de alterações orçamentárias no exercício.	
05/02/2016	Publicação da Portaria SOF 12/2016 no DOU, Seção 1, página 121	
12/02/2016	UPC encaminha ao Órgão Superior solicitação de necessidade crédito (custeio) para garantir compromissos do exercício	2.644.312
03/03/2016	UPC encaminha ao Órgão Superior solicitação de remanejamento de crédito (capital para custeio) na 1ª rodada de crédito da Portaria SOF 12/2016 (tipo 921)	700.000
03/03/2016	UPC encaminha ao Órgão Superior solicitação de crédito adicional (custeio) na 1ª rodada de crédito da Portaria SOF 12/2016 (tipo 103b)	1.150.601,58
03/03/2016	UPC encaminha ao Órgão Superior solicitação de crédito adicional (custeio) na 1ª rodada de crédito da Portaria SOF 12/2016 (tipo 175)	1.150.601,58
09/03/2016	Órgão Superior informa LOA à UPC	10.509.967
28/04/2016	Órgão Superior atende a solicitação de remanejamento de crédito (capital para custeio) na 1ª rodada de crédito da Portaria SOF 12/2016 (tipo 921)	700.000
12/07/2016	Órgão Superior emite Ofício-Circular informando Limite de Empenho da UPC	10.509.967
12/07/2016	UPC encaminha ao Órgão Superior Ofício/n.º 174/INT de solicitação de crédito suplementar (custeio)	2.420.000
20/07/2016	UPC encaminha ao Órgão Superior solicitação de crédito suplementar (custeio) na 2ª rodada de crédito da Portaria SOF 12/2016 (tipo 103b e 175)	1.150.601,58
22/07/2016	Órgão Superior emite Ofício-Circular informando Limite de Pagamento da UPC para o exercício e para restos a pagar de exercícios anteriores	10.594.000
25/10/2016	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) edita Portaria 308, atendendo crédito suplementar (custeio) tipo 921 solicitado na 2ª rodada de crédito	2.420.000
26/10/2016	Publicação da Portaria MP 308/2016 no DOU, Seção 1, páginas 61 a 64	
01/11/2016	Órgão Superior atende ao Ofício/n.º 174/INT de solicitação de crédito suplementar (custeio)	2.420.000
01/11/2016	Dotação Final da LOA da UPC no exercício	12.929.967

Fonte: SIAFI Operacional; SIOP; Ofícios do INT; Diário Oficial da União

Subitem 3.2.1.2. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade do INT

Quadro 1 do Subitem 3.2.1.2. Ações relacionadas ao Programa Temático do PPA de responsabilidade do INT - OFFS

Informações Básicas da Ação		
Funcional Programática	10.24101.19.572.2021.20UN	
Esfera	Orçamento Fiscal	Código: 10
Órgão	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Código: 24000
Unidade Orçamentária Responsável	Ministério da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações – Administração Direta	Código: 24101
Função	Ciência e Tecnologia	Código: 19
Subfunção	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	Código: 572
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código: 2021
Objetivo	Disponibilizar pesquisas, produtos e serviços para a sociedade por meio das unidades de pesquisa do MCTI.	Código: 0403
Meta	Elevar de 61 para 179 o número anual de tecnologias desenvolvidas e aprovadas para transferência de Tecnologia nas Unidades de Pesquisa do MCTI.	Código: 00WJ
Iniciativa	Expansão do acesso à comunidade científica brasileira nos laboratórios dos Institutos de Pesquisa do MCTI, permitindo a realização de pesquisa de vanguarda a nível mundial nas diversas áreas do conhecimento.	Código: 04Q8
Ação	Ciência Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Tecnologia	Código: 20UN
Tipo de Ação	Atividade	
Ação Prioritária	Não	
Informações Complementares da Ação		
Objetivo	Disponibilizar pesquisas, produtos e serviços para a sociedade por meio das unidades de pesquisa do MCTI.	Código: 0403
Descrição	Desenvolvimento de entregas técnicas (projeto de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, e serviço técnico especializado, que possuem um cliente e é objeto de contrato, convênio/cooperação ou termo de ajuste) resultantes das áreas de competência do INT (química, materiais, engenharia de produtos e processos e nanotecnologia) para participar do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio da pesquisa tecnológica, da transferência de conhecimento e da promoção da inovação.	
Base Legal	Constituição Federal de 1988; Lei 4.320/1964 (Elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União); Lei 101/2000 (Responsabilidade Fiscal); Lei 10.683/2003 (Estrutura Organizacional do Executivo); Lei 10.973/2004 (Inovação); Lei 11.196/2005 (do Bem); Lei 13.249/2016 (PPA 2016-2019); Lei 13.255/2016 (LOA 2016); Lei 13.341/2016 (altera a Lei 10.683/2003); Decreto Federal 15.209/1921 (Criação do INT); Decreto Lei 200/1967 (Reforma Administrativa); Decreto 6.944/2009 (aprimoramento do Executivo, Concurso Público e SIORG); Decretos 8.540 e 8.541/2015 (redução e limite de gastos); Decretos 8.670 e 8.676/2016 (Programação Orçamentária e Financeira).	
Produto	Entrega técnica concluída	
Especificação do Produto	Todo trabalho executado pelo INT, na forma de projeto de pesquisa ou serviço técnico especializado, desde que possua um demandante/cliente e seja objeto de contrato,	

	convênio/cooperação ou termo de ajuste; considera-se como 'concluídas' as entregas iniciadas em 2016 ou em períodos anteriores, mas que foram formalmente encerradas no exercício 2016.
Unidade de Medida	Unidade
Beneficiário	Empresas industriais e de serviços, Empresas Estatais e Governo em geral, Comunidades Científicas, Universidades, Estudantes, Pesquisadores.
Implementação da Ação	
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia, Ministério da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações
Forma de Implementação	Direta
Detalhamento da Implementação	Formalização de contratos, acordos, termos de cooperação, convênios e demais instrumentos de compromisso similares com empresas de bens e serviços e entidades sem fins lucrativos, de C&T, de ensino e governamentais, observados os normativos vigentes, as políticas governamentais, as diretrizes ministeriais e o planejamento institucional.

Lei Orçamentária do Exercício

Execução Orçamentária e Financeira

Plano Orçamentário (PO):	Transferência do Conhecimento Tecnológico	Código: 0001
---------------------------------	--	---------------------

Programa de Trabalho: 19.572.2021.20UN.0001

Programa de Trabalho Resumido (PTRES): **090579**

Plano Interno (PI): 20UN0001-01

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.255.306	1.305.306	1.094.445	597.568	597.568	0	496.877

Execução Física

Descrição do produto intermediário	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Solução tecnológica gerada	Unidade	22	0	25

Plano Orçamentário (PO):	Promoção da Inovação na Sociedade	Código: 0002
---------------------------------	--	---------------------

Programa de Trabalho: 19.572.2021.20UN.0001

Programa de Trabalho Resumido (PTRES): **090597**

Plano Interno (PI): 20UN0002-01

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.236.474	1.936.474	1.857.371	1.031.550	1.028.718	0	825.821

Execução Física

Descrição do produto intermediário	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Registro de Propriedade Obtido	Unidade	22	0	25

Plano Orçamentário (PO):	Pesquisa e Desenvolvimento dos Focos de Atuação Estratégica do INT	Código: 0003
---------------------------------	---	---------------------

Programa de Trabalho: 19.572.2021.20UN.0001

Programa de Trabalho Resumido (PTRES): **090606**

Plano Interno (PI): 20UN0003-01						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.197.646	3.622.646	3.493.513	3.277.072	3.277.072	0	216.441
Execução Física						
Descrição do produto intermediário		Unidade de medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pesquisa tecnológica realizada		Unidade		65	0	66

Fonte: SIAFI Operacional; SIOP

O quadro 1 do subitem 3.2.1.2. trata somente do orçamento designado na LOA 2016 do INT. Não estão incluídos valores referentes à ação 2000-Administração da Unidade e nem a créditos adicionais recebidos por descentralização, destaque ou outro tipo de dotação.

Subitem 3.2.1.3. Restos a pagar não processados de exercícios anteriores concernentes à ação 20UN

Quadro 1 do Subitem 3.2.1.3. Restos a pagar não processados de exercícios anteriores concernentes à ação 20UN

Ação 20UN Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
2.311.642	2.090.466	10.775	não se aplica	não se aplica	não se aplica

Fonte: SIAFI Operacional

No quadro 1 do subitem 3.2.1.3. estão somados valores designados na LOA do INT, relativos à ação 20UN a partir do exercício de 2013. Não estão incluídos valores referentes à ação 2000-Administração da Unidade e nem a créditos adicionais recebidos por descentralização, destaque ou outro tipo de dotação ocorrida em 2013 e nos exercícios posteriores.

Subitem 3.2.1.4. Ações não previstas na LOA do exercício Restos a pagar não processados OFSS

Quadro 1 do Subitem 3.2.1.4. Ações não mais previstas na LOA 2016 - Restos a Pagar

Identificação da Ação					
Exercício: 2008					
Programa	Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Código 0461	Tipo: Finalístico		
Objetivo	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores				
Ação	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Industrial no INT				Código 4972
Unidade Orçamentária	24101 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Administração Direta				
Programa de Trabalho Resumido (PTRES) 004823					
Ação Prioritária	()Sim (X)Não. Caso positivo: ()PAC ()Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
12.571	0	3.157	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Identificação da Ação					
Exercício: 2009					
Programa	Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Código 0461	Tipo: Finalístico		
Objetivo	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores				

Ação	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Industrial no INT					Código4972
Unidade Orçamentária	24101 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Administração Direta					
Programa de Trabalho Resumido (PTRES)	004823					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>)Sim (<input checked="" type="checkbox"/>)Não. Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>)Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>)Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
16.630	0	4.600	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
Identificação da Ação						
Exercício: 2009						
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)		Código 1388	Tipo: Finalístico		
Objetivo	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional					
Ação	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Conversão de Energia					Código4954
Unidade Orçamentária	24101 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Administração Direta					
Programa de Trabalho Resumido (PTRES)	004839					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>)Sim (<input checked="" type="checkbox"/>)Não. Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>)Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>)Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
45.089	0	1.632	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
Identificação da Ação						
Exercício: 2009						
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)		Código 1388	Tipo: Finalístico		
Objetivo	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional					
Ação	Serviços de Tecnologia Industrial Básica e Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia no INT					Código 4955
Unidade Orçamentária						
Programa de Trabalho Resumido (PTRES)	004840					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>)Sim (<input checked="" type="checkbox"/>)Não. Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>)Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>)Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
16.309	0	2.909	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
Identificação da Ação						
Exercício: 2011						
Programa	Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico		Código 0461	Tipo: Finalístico		
Objetivo	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores					
Ação	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Industrial no INT					Código4972
Unidade Orçamentária	24101 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Administração Direta					
Programa de Trabalho Resumido (PTRES)	004823					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>)Sim (<input checked="" type="checkbox"/>)Não. Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>)Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>)Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
35.118	0	31.903	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
Identificação da Ação						
Exercício: 2011						
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)		Código 1388	Tipo: Finalístico		
Objetivo	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade					

dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional					
Ação	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Conversão de Energia				Código 4954
Unidade Orçamentária 24101 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Administração Direta					
Programa de Trabalho Resumido (PTRES) 004839					
Ação Prioritária <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não. Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
8.175	861	7.314	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Identificação da Ação					
Exercício: 2012					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação			Código 2021	Tipo: Finalístico
Objetivo	Expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições de ciência e tecnologia, promovendo sempre que possível o compartilhamento do seu uso.				
Ação	Pesquisa e Inovação no INT				Código 4972
Unidade Orçamentária 24101 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Administração Direta					
Programa de Trabalho Resumido (PTRES) 046086					
Ação Prioritária <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não. Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
47.904	1.102	42.207	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Identificação da Ação					
Exercício: 2012					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação			Código 2021	Tipo: Finalístico
Objetivo	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos especialmente energia e biocombustíveis, mineral, defesa e segurança pública, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.				
Ação	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias Renováveis				Código 4954
Unidade Orçamentária 24101 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Administração Direta					
Programa de Trabalho Resumido (PTRES) 046084					
Ação Prioritária <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não. Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.814	0	2.471	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: SIAFI Operacional

Os valores do quadro 1 do subitem 3.2.1.4. foram executados em 2016 e a título de restos a pagar não processados de ações temáticas não mais previstas na LOA de 2016. Trata-se aqui de informações “originárias” constantes da LOA concernente aos exercícios de 2008, 2009, 2011 e 2012, anos em que os valores demonstrados no quadro foram inscritos. O referido quadro não inclui valores do orçamento de gestão da Unidade e nem a créditos adicionais recebidos por descentralização, destaque ou outro tipo de dotação.

A denominação 20UN foi atribuída à ação temática somente a partir de 2013. Podemos considerar que esta ação constitui a nova denominação resultante da fusão de outras ações temáticas consignadas nas leis orçamentárias dos exercícios informados no quadro em questão.

Subitem 3.2.1.5. Aspectos da execução física da Ação no exercício

Quadro 1 do Subitem 3.2.1.5. Aspectos da execução física da Ação no exercício

Nº		Execução física 1º semestre	Execução física 2º semestre
Plano Orcamentário	0001	As despesas executadas no período, atreladas ao PO 0001 sustentaram atividades de avaliação técnica de produtos e processos de produção para dirimir questões ligadas à classificação fiscal de mercadorias; de avaliação de vida economicamente útil de bens em função dos impactos da obsolescência tecnológica e econômica; de perícias técnicas e avaliação de insumos no processo produtivo; de viabilidade de utilização de materiais metálicos na produção de petróleo e gás, de avaliação de implantes cirúrgicos (ortopédicos e dentais); de análise fractográfica de falha de componentes metálicos, de análise automática de imagens e microscopia eletrônica; de análise ergonômica do Trabalho; de sistemas de captura de movimentos humanos; de design para sustentabilidade/mobilidade sustentável; de tecnologia assistiva, de design de embalagens, de desenvolvimento de produtos a partir de materiais compósitos; de ensaios laboratoriais de: (i) compósitos e nanocompósitos poliméricos; (ii) membranas e meios porosos; (iii) reciclagem/reaproveitamento de resíduos naturais/industriais e pós-consumidos; (iv) de liberação controlada de drogas; (v) de biocerâmicas para regeneração óssea.	As despesas executadas no período, atreladas ao PO 0001 sustentaram atividades de avaliação de produtos e processos de produção nas questões de caracterização de processo, caracterização de produto, classificação fiscal, depreciação, inovação tecnológica, perda do processo e vida útil; prestação de serviços no âmbito do Sibratec PróSaúde e Sibratec PDE-Produtos e Dispositivos Eletrônicos; realização de avaliação da tecnologia de próteses ortopédicas nacionais e importadas utilizadas em artroplastia total de quadril; desenvolvimento de liga de titânio nanoestruturado com tratamento de superfície para aplicação em implantes ósseos por metalurgia do pó; realização de análise sobre ergonomia no ambiente de trabalho, desenvolvimento de interfaces para sistemas supervisórios, desenvolvimento de projetos utilizando modelos humanos digitais 3D e sistemas de captura de movimentos humanos.
	0002	As despesas executadas no período, atreladas ao PO 0002, sustentaram atividades de calibração de equipamentos dos laboratórios da Unidade; atualização da manutenção da acreditação dos laboratórios credenciados pelo INMETRO; produção intelectual da Unidade (depósitos de pedidos de patentes, registro de programas de computador, registro de direitos autorais e publicação de artigos técnico-científicos); atualização das anuidades das entidades de classe; certificação compulsória de produtos (preservativos masculinos de látex de borracha natural/luvas cirúrgicas e luvas de procedimento não cirúrgicos/implantes mamários/fósforos de segurança/produtos orgânicos); certificação voluntária (produção de cachaça nacional).	As despesas executadas no período, atreladas ao PO 0002, sustentaram atividades relacionadas à prospecção tecnológica, prospecção de mercado visando detectar, junto ao setor produtivo, tecnologias inovadoras; estudos avançados sobre os desafios tecnológicos da produção orgânica no Brasil; depósito de patentes junto ao INPI e transferência das tecnologias geradas no INT, protegidas por propriedade intelectual e certificação compulsória e voluntária de produtos orgânicos e de segurança.
	0003	As despesas executadas no período, atreladas ao PO 0003, sustentaram atividades de serviços tecnológicos/consultoria nas áreas de uso eficiente de energia; avaliação de tecnologias do uso de gases combustíveis; de planejamento energético e ambiental; de estudos sobre o estado da arte de tecnologias e avaliações para a implementação de fontes renováveis, tais como a energia eólica, solar e biomassas; de avaliação da corrosão e degradação de estruturas industriais do setor de Óleo, Gás e Biocombustíveis; de desenvolvimento de novos processos e utilização de diferentes matérias-primas renováveis, para a indústria química visando à minimização dos impactos ambientais; de utilização de métodos químicos na síntese de catalisadores nanoestruturados; de estudos ambientais sobre a caracterização de poluentes químicos e seus impactos, e em métodos e processos de reduções de emissões; de análises químicas para avaliação da conformidade de produtos.	As despesas executadas no período, atreladas ao PO 0003, sustentaram atividades de P,D&I em projetos de produção de hidrogênio a partir da reforma autotérmica do gás natural, de avaliação do carvão obtido de resíduos de cana-de-açúcar como suporte em catalisadores, de desenvolvimento de catalisadores para a produção de hidrogênio a partir da gaseificação de biomassa, de produção de combustíveis líquidos a partir de biomassa, de construção de plantas piloto de produção de hidrogênio por meio de reforma de etanol e de gás natural; avaliação do desempenho quanto à resistência a fadiga de ferro fundido nodular; avaliação da susceptibilidade à corrosão sob tensão de material metálicos que atendam as condições de operação em ambientes corrosivos de águas ultraprofundas, avaliação quanto à corrosão sob tensão do aço carbono que atendam as condições de operação em ambientes corrosivos de águas ultraprofundas, avaliação da corrosão dos aços inoxidáveis e do aço carbono quando expostos aos fluído de estimulação ácida e determinação do comportamento quanto à corrosão sob tensão induzida por sulfetos e trincamento Induzido pelo hidrogênio.

Fonte: SIOP

Relatório de Gestão do exercício de 2016

IN TCU 63/2010; IN TCU 72/2013; DN TCU 154/2016; Anexo I e Anexo II, Portaria CGU 500/2016 e Portaria TCU 59/2017

Subitem 3.2.1.5.1. Quantificação das metas físicas dos Planos Orçamentários

Quadro 1 do Subitem 3.2.1.5.1. Quantificação das metas físicas do PO 0001

Plano Orçamentário	Descrição do produto intermediário	Unidade de medida
PO 0001	Solução tecnológica gerada	Unidade
Montante realizado	Descrição da Solução tecnológica gerada	
01	Emissão de parecer técnico baseado nas análises técnica, documental e pericial do composto lácteo DOBON produzido pela Elebat Alimentos S.A, visando auxiliar no seu correto enquadramento na Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM)/Tarifa Externa Comum (TEC).	
02	Emissão de parecer técnico baseado nas análises técnica, documental e pericial sobre os efeitos da obsolescência tecnológica, econômica decorrente de desgastes acentuados pelo uso intensivo de materiais e equipamentos da empresa ULMA Brasil Fôrmas e Escoramentos Ltda. de uso em construção civil.	
03	Emissão de parecer técnico baseado nas análises técnica, documental e pericial sobre as características técnicas do Sistema de Câmara Quente fabricado pela Synventive Molding Solutions Comércio e Serviços em Sistemas de Câmara Quente para injeção de Plásticos Ltda., visando auxiliar no seu correto enquadramento na Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM)/Tarifa Externa Comum (TEC).	
04	Emissão de parecer técnico baseado nas análises técnica, documental e pericial da obsolescência tecnológica, econômica decorrente de desgastes acentuados pelo uso intensivo em 138 veículos da empresa Rede Brasileira de Automotores Ltda.	
05	Emissão de parecer técnico baseado nas análises técnica, documental e pericial sobre as características técnicas de sistemas de aquecimento solar da Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (ABRAVA) para desenvolvimento de conceituação tecnológica empregada e suas características/funcionamento/aplicações.	
06	Avaliação de projetos desenvolvidos pela Cielo S/A, apresentados nos Formulários para Informações sobre as atividades de Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica (FORMP&D) da Lei 11.196/2005, conhecida como Lei do Bem, referentes ao ano base 2013, quanto ao seu conteúdo inovativo, de forma a avaliá-los quanto ao seu alinhamento com os marcos referenciais técnicos afetos ao tema, bem como aos conceitos prescritos na referida Lei.	
07	Emissão de parecer técnico baseado nas análises técnica, documental e pericial sobre os efeitos da obsolescência tecnológica, econômica decorrente de desgastes acentuados em 168 veículos da empresa KING Automotores Ltda., pelo uso intensivo.	
08	Emissão de relatório de diagnóstico técnico sobre a avaliação de projetos quanto aos seus conteúdos inovativos de projetos desenvolvidos pela empresa WEG S. A.	
09	Emissão de parecer técnico baseado na avaliação técnica de <i>Hard Disk Drive</i> da empresa Western Digital Corporation Brazil com funções múltiplas visando auxiliar no melhor entendimento sobre a classificação fiscal do produto.	
10	Emissão de pareceres técnicos baseados nas avaliações técnicas dos produtos da Apple Computer Brasil Ltda.: AirPort Time Capsule, iPod Touch 6th generation e iPod Touch 5th generation e Apple Watch Bands, todos com funções múltiplas visando auxiliar no melhor entendimento sobre a classificação fiscal do produto	
11	Emissão de relatório de diagnóstico técnico sobre a avaliação de projetos quanto aos conteúdos inovativo dos itens apresentados pela empresa Hidraulica	
12	Emissão de parecer técnico baseado nas análises técnica, documental e pericial de 45 ônibus da empresa Planalto Transportes Ltda., sobre os efeitos da obsolescência tecnológica e econômica, decorrente de desgastes acentuados pelo uso intensivo	
13	Emissão de parecer técnico baseado na avaliação técnica do processo de fundição quando do descarte de peças prontas para recuperação do metal visando auxiliar no melhor entendimento sobre os processos de fundição/desmembroamento/reforma de mercadorias obsoletas e danificadas da empresa H Stern Comércio e Indústria S. A.	
14	Emissão de pareceres técnicos baseado nas análises técnicas do processo produtivo identificando os elementos principais tendo como foco principal as perdas por "vent" no processo criogênico em diversas unidades de produção da empresa White Martins Gases Industriais Ltda.	

Plano Orçamentário	Descrição do produto intermediário	Unidade de medida
PO 0001	Solução tecnológica gerada	Unidade
Montante realizado	Descrição da Solução tecnológica gerada	
15	Emissão de relatório de diagnóstico técnico sobre a avaliação de projetos quanto aos conteúdos inovativos da empresa Telefônica Brasil S. A.	
16	Emissão de pareceres técnicos baseado na avaliação de peças listadas pela Engepack Embalagens S. A. de forma a identificar as peças que se desgastam com o uso durante o processo de injeção de material plástico para fabricação de preformas com um tempo mínimo de uso igual a um ano.	
17	Emissão de parecer técnico baseado nas análises técnica, documental e pericial com respostas aos quesitos apresentados pela empresa Laboratórios B. Braun S. A. , visando auxiliar no correto enquadramento do produto, objeto do estudo técnico, na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)	
18	Emissão de parecer técnico baseado na avaliação técnica dos tipos de carne, hortaliças e frutas utilizados pela Habib's MS Arabian Food Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. e de seu processamento visando auxiliar no correto enquadramento do produto na legislação tributária de ICMS-SP.	
19	Emissão de Parecer técnico baseado nas análises técnica, documental e pericial do circuitos impressos flexíveis, visando auxiliar na correta caracterização dos itens analisados da empresa LG Electronics - Brasil.	
20	Emissão de relatório de diagnóstico técnico sobre a avaliação de projetos quanto ao conteúdo inovativo dos itens apresentados pelo Grupo FS	
21	Emissão de parecer técnico baseado na avaliação técnica de 17 empilhadeiras da empresa Bauko Equipamentos de movimentação e armazenagem S. A. visando o estabelecimento de taxas de depreciação mais adequadas às suas reais condições de uso.	
22	Sibratec Serviços Tecnológicos PRODSAUDE	
23	Sibratec Serviços Tecnológicos Produtos e Dispositivos Eletrônicos (PDE)	
24	Projeto: “Desenvolvimento de titânio e liga de titânio nanoestruturados com tratamento de superfície para aplicação em implantes ósseos por Metalurgia do Pó”. Por este processo obteve-se materiais com maior resistência para utilização em implantes ortopédicos com geração de patente nº BR 10 2015 014378 8.	
25	Projeto: “Avaliação da tecnologia de próteses ortopédicas nacionais e importadas utilizadas em artroplastia total de quadril” Por este projeto foi possível identificar as principais diferenças entre as próteses nacionais e as importadas, permitindo, tanto ao Ministério da Saúde quanto aos fabricantes nacionais de material ortopédico, identificar os itens que devem ser aperfeiçoados para elevar o nível de qualidade do produto nacional.	

Fonte: Portfólio de Projetos; Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas (SIGTEC)

Quadro 2 do Subitem 3.2.1.5.1. Quantificação das metas físicas do PO 0002

Plano Orçamentário	Descrição do produto intermediário	Unidade de medida
PO 0002	Registro de propriedade obtido	Unidade
Montante realizado	Descrição do Registro de propriedade obtido	
01	Depósito de pedido de patente: Biofármaco para remoção de estruturas metálicas fraturadas em canais radiculares e em estruturas ósseas corporais e processo para a produção do mesmo, em parceria com a UFRJ.	
02	Depósito de pedido de patente: Bronzina com cobertura polimérica para redução de atrito em motores de combustão Interna e processo para a produção da mesma, em parceria com a empresa MAHLE.	
03	Depósito de pedido de patente: Processo de formação de compósito de poliuretano com resíduos gerados na lavra e no beneficiamento de caulim.	
04	Depósito de pedido de patente: Processo de formação de papel Braille polimérico utilizando como carga resíduos gerados na lavra e no beneficiamento de rochas ornamentais, em parceria com o CETEM.	

Plano Orçamentário	Descrição do produto intermediário	Unidade de medida
PO 0002	Registro de propriedade obtido	Unidade
Montante realizado	Descrição do Registro de propriedade obtido	
05	Depósito de pedido de patente: Sistema e método de envelopamento de uma estrutura marítima flutuante contra bioincrustação.	
06	Depósito de pedido de proteção intelectual de desenho industrial: Configuração aplicada em brinquedo pedagógico.	
07	Depósito de pedido de proteção intelectual de desenho industrial: Configuração aplicada em elemento vazado - Bola.	
08	Depósito de pedido de proteção intelectual de desenho industrial: Configuração aplicada em elemento vazado - Ipanema.	
09	Depósito de pedido de proteção intelectual de desenho industrial: configuração aplicada a piso modular - trama.	
10	Depósito de pedido de proteção intelectual de desenho industrial: configuração aplicada a piso modular - Zigzag.	
11	Depósito de pedido de proteção intelectual de desenho industrial: Configuração aplicada a brinquedo - Bailarina.	
12	Depósito de pedido de proteção intelectual de desenho industrial: configuração aplicada a brinquedo - Bombeiro.	
13	Depósito de pedido de proteção intelectual de desenho industrial: Configuração aplicada a revestimento de parede e pisos - Ecobrick hexágono.	
14	Depósito de pedido de proteção intelectual de desenho industrial: Configuração aplicada a revestimento de parede e pisos - Ecobrick quadrado.	
15	Depósito de pedido de proteção intelectual de desenho industrial: Configuração aplicada a revestimento de parede e pisos - Ecobrick retangular.	
16	Depósito de pedido de proteção intelectual de desenho industrial: Configuração aplicada a cadeiras de rodas.	
17	Depósito de pedido de proteção intelectual de marca: Escritório de projetos do INT.	
18	Depósito de pedido de proteção intelectual de marca: Iris-t.	
19	Depósito de pedido de proteção intelectual de programa de computador: SIGESV AVA ambiente virtual de aprendizagem cooperativa.	
20	Desenho de pedido de proteção intelectual de desenho industrial: Configuração Aplicada em Brinquedo Pedagógico.	
21	Formatação do Acordo de Cooperação com a UERJ.	
22	Formatação do Acordo de Cooperação com o Colégio Pedro II.	
23	Obtenção da concessão da patente: Um novo processo de agitação de culturas de microalgas em tanques usando bombeador por borbulhamento, em parceria com a empresa FMO.	
24	Obtenção da concessão de proteção intelectual de programa de computador: Quiron.	
25	Registro de direito autoral do projeto de arma não letal.	

Fonte: Portfólio de Projetos; Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas (SIGTEC)

Quadro 3 do Subitem 3.2.1.5.1. Quantificação das metas físicas do PO 0003

Plano Orçamentário	Descrição do produto intermediário	Unidade de medida
PO 0003	Pesquisa tecnológica gerada	Unidade
Montante realizado	Descrição da Solução tecnológica gerada	
01	Análises de microrganismos relacionados à biocorrosão nos minerodutos da Samarco Mineração S. A.	
02	Aprimoramento da obtenção de produto para tratamento capilar para a L'Oreal Brasil Comercial de Cosméticos Ltda.	
03	Avaliação da corrosão dos aços inoxidáveis Superduplex, L80-13CR, Super13CR e do aço carbono L80-1%CR, quando expostos aos fluido de estimulação ácida para a BJ Service do Brasil Ltda.	
04	Avaliação da corrosividade de polpa de minério para BRASS do Brasil Projetos e Consultoria Técnica Ltda.	
05	Avaliação da integridade de recipientes transportáveis de aço para gás LP, com capacidade de 13 kg, durante seu ciclo de utilização para o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (SindGas.)	
06	Avaliação de segurança e desempenho em aquecedores de passagem e acumulação para o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO	
07	Avaliação de segurança e desempenho em fogões para o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO	
08	Avaliação do desempenho e da corrosividade de sequestrantes de H ₂ S a serem usados em campos do pré-sal para a Schlumberger Brazil Research & Geoengineering Center	
09	Conclusão do estudo Eficiência Energética no Setor Cimenteiro no Brasil que contemplou as tecnologias mais eficientes empregadas no setor, com apresentação do trabalho “Eficiência Energética na Indústria de Cimento” no 7º Congresso Brasileiro de Cimento CBCi 2016, junho/São Paulo, reunindo palestrantes e trabalhos dos principais representantes do setor no país	
10	Conclusão do estudo sobre opções de mitigação de gases de efeito estufa (GEE) contemplando os cenários de mitigação de emissões para o setor industrial. Projeto liderado pelo MCTIC, com suporte do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma)	
11	Criação de Centro de Exames de Qualificação (CEQ-INT) para aplicação de provas teóricas e praticas de avaliação de inspetores de pintura industrial para certificação.	
12	Desenvolvimento de bronzina com cobertura polimérica para redução de atrito em motores de combustão interna para Mahle Metal Leve S. A.	
13	Desenvolvimento de metodologias de fratura e fadiga em ambiente agressivo contendo H ₂ S e CO ₂ . para a CONFAB Industrial S. A.	
14	Desenvolvimento de métodos analíticos para determinação quantitativa de novos agentes desodorizantes em composições cosméticas e estudo de suas aplicações para O Boticário Franchising S.A.	
15	Desenvolvimento de um novo modelo preditivo de corrosão à realidade do pré-sal do comportamento dos aços API 5L e API 5CT quando expostos aos ambientes supercríticos do pré-sal. REPSOL S. A.	
16	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Análise sequencial de metais em testemunhos em áreas sujeitas a dragagem na baía da Guanabara, em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF)	
17	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Apoio à implantação das cadeias de produção e uso de biodiesel de pinhão manso e macaúba, com suporte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	
18	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Aproveitamento de óleos e gorduras residuais e gorduras animais para produção de biodiesel e estudo do enquadramento nas especificações brasileiras, com submissão de artigo científico à revista indexada.	
19	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Aproveitamento de resíduos da indústria de processamento de sucos para utilização na produção de biodiesel	
20	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Avaliação do carvão obtido de resíduos de cana-de-açúcar como suporte em catalisadores de rutênio para a hidrogenação parcial de benzeno	

Plano Orçamentário	Descrição do produto intermediário	Unidade de medida
PO 0003	Pesquisa tecnológica gerada	Unidade
Montante realizado	Descrição da Solução tecnológica gerada	
21	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Avaliação do potencial fermentativo da glicerina para produção de hidrogênio biológico	
22	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Avaliação do rompimento de uma barragem de rejeitos sobre as concentrações de metais na água e sedimento, em parceria com a UFF	
23	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Biodegradação de biopolímeros (plásticos) em ambiente marinho	
24	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Construção e operação de plantas piloto de produção de hidrogênio por meio de reforma de etanol e de gás natural	
25	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Degradação de herbicidas triazínicos	
26	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Desenvolvimento de catalisadores para a produção de hidrogênio a partir da gaseificação de biomassa	
27	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Desenvolvimento de membranas avançadas para a produção de hidrogênio a partir da reforma autotérmica do gás natural	
28	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Desenvolvimento e aplicação de argilas modificadas na remoção de fósforo em ambientes aquáticos, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM)	
29	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Determinação do comportamento quanto à corrosão sob tensão induzida por sulfetos e trincamento induzido pelo hidrogênio de uma amostra de aço carbono a ser utilizada em ambiente sour service (ambientes ácidos)	
30	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Eficiência Energética em Cerâmicas de Pequeno Porte na América Latina para Mitigar a Mudança Climática (EELA). Foram realizados eventos e mostras técnicas do Estudo de incremento na oferta de biomassa renovável com o objetivo de disseminar alternativas tecnológicas desenvolvidas pelo projeto EELA que tem aporte do governo suíço	
31	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Estudo de fluxos de gases de efeito estufa (N ₂ O e CH ₄) em solo sob agricultura orgânica	
32	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Estudos de degradação, corrosão e compatibilidade de materiais com biodiesel, álcool combustível e suas misturas com combustíveis fósseis. Parceiros do projeto: governo brasileiro e governo alemão, com suporte do CNPq, do Instituto Superior Técnico (IST) da Universidade de Lisboa e da Universidade Técnica de Darmstadt (Alemanha)	
33	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Mecanismos de produção de N ₂ em diferentes tipos de solo	
34	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Meios filtrantes para remoção de arsênio e metais pesados de água potável, em parceria com a UFF	
35	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Novos catalisadores para olefinas leves	
36	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Obtenção das curvas de destilação simulada e a distribuição por átomos de carbono por cromatografia a gás em amostras de petróleo e derivados de pesados, utilizando o método HT 750 para o CENPES	
37	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Obtenção de ésteres por rota biocatalítica	
38	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Produção de biopolímeros de microalgas para encapsulamento de biocida para controle do coral-sol. A espécie chamada coral-sol constitui uma ameaça as vida dos corais nativos da costa brasileira. O projeto foi publicado em revista especializada com informações dos resultados da quantificação dos biopolímeros da biomassa de microalgas	
39	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Produção de combustíveis líquidos a partir da pirólise de biomassa	

Plano Orçamentário	Descrição do produto intermediário	Unidade de medida
PO 0003	Pesquisa tecnológica gerada	Unidade
Montante realizado	Descrição da Solução tecnológica gerada	
40	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Reaproveitamento das cascas do cupuaçu e castanha-do-pará para o preparo de compósitos com o polímero biodegradável Ecoflex	
41	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Reformadores compactos para geração de hidrogênio a partir da reforma do etanol	
42	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Utilização da biomassa da cana-de-açúcar para a produção de hidrogênio biológico, enzimas hemicelulolíticas e carvão	
43	Desenvolvimento do projeto de pesquisa Utilização de objetos pedagógicos para o ensino de Física em escolas	
44	Desenvolvimento do projeto Pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologias para a produção e uso de biodieseis derivados de óleos de microalgas. A planta piloto foi finalizada, estando apta para captação de novos projetos, com publicação de artigo em revista científica indexada	
45	Determinação da vida de prateleira do biodiesel metílico de soja contendo antioxidante comercial brasileiro no produto Baynox Ultra, fabricado pela Lanxess Indústria de Produtos Químicos e Plásticos Ltda.	
46	Elaboração de parecer técnico para seis produtos surfactantes, com base em dados bibliográficos e análises químicas, para fins de correto enquadramento fiscal para a Stepan Química Ltda.	
47	Estruturação da Rede de Serviços Tecnológicos de Biocombustíveis (RBiocomb) com a consequente ampliação da capacidade de oferta e do escopo de credenciamento em serviços tecnológicos em biocombustíveis	
48	Estudo e aplicação de diferentes técnicas para controle e monitoramento de BRS (bactéria redutora de sulfato) em dutos e tanques no sistema óleo & gás, para a Petrobras	
49	Estudo quanto à resistência à corrosão sob tensão de juntas soldadas de aço ASTM A33 GR.8 a serem utilizadas em equipamentos do cenário pré-sal para o Consórcio Tomé-Ferrestal	
50	Estudo quanto à resistência à corrosão sob tensão do aço ASTM A522 tipo 1, na condição forjado, a ser utilizado em sistemas de injeção de gás no pré-sal para a WEB Nordeste Ltda.	
51	Estudos quanto à corrosão sob tensão de tubos poliméricos flexíveis, para transferência terrestre de óleo, gás e água que atendam as condições de operação em ambientes corrosivos de transporte on shore para a MFX do Brasil	
52	Monitoramento aplicado a sistemas de armazenamento de biodiesel e suas misturas, com suporte do CNPq, para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	
53	Monitoramento da qualidade de combustíveis para a Rolls-Royce Brasil Ltda.	
54	Monitoramento e avaliação de parâmetros físico-químicos em amostras de água desmineralizada empregadas em processos de lavagem de equipamentos em plataformas offshore para a Rolls Royce do Brasil Ltda..	
55	Pesquisa de biocorrosão em inorgânicos de amostras oriundas do processo produtivo de: minério bruto, água do processo de lavagem do minério, polpa de bauxita e incrustações internas de tubulações para a Hydro Paragominas Bv	
56	Pesquisa de microorganismos relacionados à biocorrosão em amostras de polpa de minério e amostras de águas obtidas em minerodutos para a BRASS do Brasil Projetos e Consultoria Técnica Ltda.	
57	Pesquisa tecnológica para definição dos parâmetros de resistência à corrosão sob tensão por sulfetos de juntas soldadas de aço carbono típicas de oleodutos terrestres para o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CENPES) da Petrobras	
58	Pesquisa tecnológica, visando avaliar a corrosividade e o desempenho quanto à capacidade de sequestro de H ₂ S de produtos químicos a serem utilizados no cenário pré-sal - Fase 1 para a Ecolab Química Ltda.	
59	Pesquisa tecnológica, visando avaliar o desempenho quanto à resistência à fadiga de ferro fundido nodular para a NewMak Indústria e Comércio de Máquinas	

Plano Orçamentário	Descrição do produto intermediário	Unidade de medida
PO 0003	Pesquisa tecnológica gerada	Unidade
Montante realizado	Descrição da Solução tecnológica gerada	
60	Realização de ensaios de determinação de contaminantes inorgânicos em implantes mamários para a Silimed Indústria de Implantes Ltda.	
61	Realização de ensaios de determinação de contaminantes inorgânicos em implantes mamários para a Allergan Produtos Farmacêuticos Ltda.	
62	Realização de estudos visando avaliar a susceptibilidade à corrosão sob tensão de material metálico de acordo com as Normas NACE TM 0177 / 05 Método C que atendam as condições de operação em ambientes corrosivos de águas ultraprofundas para a Halliburton Serviços Ltda.	
63	Realização do Estudo quanto à corrosão sob tensão do aço carbono que atendam as condições de operação em ambientes corrosivos de águas ultraprofundas, bem como, à ocorrência de corrosão uniforme e/ou localizada para a Vallourec Tubos do Brasil S. A.	
64	Realização do projeto Avaliação da capacidade de sequestro de H ₂ S de produtos químicos da Dow Corning do Brasil Ltda., simulando ambientes contendo H ₂ S e CO ₂	
65	Realização do projeto Pesquisa do ponto de vista de corrosão em meio ácido visando avaliar inibidores de corrosão para atender projeto de acidificação de poço frente aos materiais para a Halliburton Serviços Ltda.	
66	Realização do projeto Pesquisa do ponto de vista de corrosão em meio ácido visando avaliar inibidores de corrosão para atender projeto de acidificação de poço frente aos materiais P110, QT-800 e Super Cr-13 para a Baker Hughes do Brasil Ltda.	

Fonte: Portfólio de Projetos; Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas (SIGTEC)

Subitem 3.2.1.6. Análise Situacional

O INT é a única UPC responsável pela execução integral dos valores consignados à ação 20UN, que apresentou o comportamento detalhado no quadro 1 deste subitem.

Quadro 1 do Subitem 3.2.1.6. Percentual da execução da ação por programa de trabalho e elemento de despesa

Execução da Ação 20UN por Programa de Trabalho/Elemento de despesa	Dotação (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	Provisão Concedida (d)	Empenhos Liquidados (e)	Saldo (f)=(a)-(b+d)	% Execução (b) / (a)
19.572.2021.20UN.0001 Transferência do Conhecimento Tecnológico	1.305.306	1.094.445	597.568	0	597.568	210.861	83,85
PTRES 090579							
3390.30 - Material de Consumo	47.173	47.173	38.882		38.882	0	100,00
3390.36 - Serviços Pessoa Física	13.200	13.200	6.600		6.600	0	100,00
3390.37 - Locação de Mão de Obra	64.201	64.201	64.201		64.201	0	100,00
3390.39 - Serviços Pessoa Jurídica	409.907	409.907	382.973		382.973	0	100,00
3391.04 - PSS Pessoa Física Intra-SIAFI	3.960	3.960	2.640		2.640	0	100,00
4490.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	10.451	10.451				0	100,00
4490.52 - Equipamentos e Material Permanente	756.415	545.553	102.272		102.272	210.861	72,12
19.572.2021.20UN.0001 Promoção da Inovação na Sociedade	1.936.474	1.857.371	1.028.718	26.908	1.031.550	52.195	97,30
PTRES 090597							
3390.30 - Material de Consumo	140.379	140.379	100.048		102.880	0	100,00
3390.36 - Serviços Pessoa Física	49.990	23.083	23.083	26.908	23.083	0	100,00
3390.37 - Locação de Mão de Obra	227.849	227.849	71.641		71.641	0	100,00
3390.39 - Serviços Pessoa Jurídica	940.092	937.941	562.675		562.675	2.151	99,77
3391.04 - PSS Pessoa Física Intra-SIAFI	2.150	2.150	2.150		2.150	0	100,00
3391.39 - Serviços Pessoa Jurídica Intra-SIAFI	21.000	21.000	20.132		20.132	0	100,00
4490.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	555.014	504.970	248.989		248.989	50.044	90,98
19.572.2021.20UN.0001 Pesquisa e Desenvolvimento dos Focos de Atuação PTRES 090606	3.622.646	3.493.513	3.277.072	62.621	3.277.072	66.512	98,16
3390.00 - Custeios	469					469	0,00
3390.08 - Outros Benefícios Assistenciais	51.358	51.358	51.358		51.358	0	100,00
3390.14 - Diárias	56.000	41.777	41.777		41.777	14.223	74,60
3390.30 - Material de Consumo	49.525	49.525	47.682		47.682	0	100,00
3390.33 - Passagens	62.955	62.955	50.912		50.912	0	100,00
3390.36 - Serviços Pessoa Física	22.660	20.084	18.419		18.419	2.576	88,63
3390.37 - Locação de Mão de Obra	377.779	377.779	377.779		377.779	0	100,00
3390.39 - Serviços Pessoa Jurídica	2.628.704	2.628.646	2.498.589		2.498.589	58	100,00
3390.93 - Indenizações	141	141	141		141	0	100,00
3391.04 - PSS Pessoa Física Intra-SIAFI	2.479	2.479	2.146		2.146	0	100,00
4490.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	261.556	212.369	141.869		141.869	49.186	81,19
4490.52 - Equipamentos e Material Permanente	109.021	46.400	46.400	62.621	46.400	0	100,00
Total	6.864.426	6.445.328	4.903.358	89.529	4.906.190	329.568	95,20

Fonte: SIAFI Operacional

Subitem 3.2.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

O Quadro 1 do Subitem 3.2.1.1. indica que a UPC solicitou suplementação orçamentária ao Órgão Superior em face dos motivos descritos no Ofício/n.º 174/INT, de 12/07/2016:

(i) necessidade de garantir o pagamento das parcelas das despesas com itens de funcionamento da instituição até o final do exercício. O orçamento reservado para essa categoria de gasto foi reduzido em 2016, em relação a 2015, ao passo que as despesas cresceram em 2016 em consequência de fatores que fogem das medidas de redução de despesas praticadas, essencialmente: (a) reajustes dos contratos de locação de mão de obra provenientes das repactuações reguladas pelas convenções coletivas de trabalho das categorias que prestam serviço no INT; (b) aumento do consumo de energia elétrica, principalmente no período correspondente ao verão, em que elevadas temperaturas impõem a manutenção de climatização dos ambientes laboratoriais, mais especificamente naqueles cujos ensaios e experiências não podem ser interrompidos e (c) além da elevação dos preços dos serviços públicos (energia elétrica, gás canalizado, serviços postais, água e esgoto).

(ii) necessidade dar continuidade à reforma da subestação de energia elétrica, indispensável para garantir a estabilidade elétrica do funcionamento dos equipamentos instalados nos 21 laboratórios da Unidade, evitando interrupções previamente observadas e, conseqüentemente, mantendo a qualidade dos resultados dos ensaios e pesquisas realizadas.

A suplementação concedida permitiu à UPC a não interrupção das necessidades explanados no citado Ofício, de modo que, ao final do exercício, a execução atingiu o percentual de 92,50% da dotação final.

Subitem 3.2.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

A estrutura organizacional do INT está vinculada à gestão orçamentária do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de modo que a emissão de empenhos antecipa obrigações assumidas, ou seja, nenhum compromisso com fornecedor de bens ou serviços é realizado sem a prévia reserva de crédito orçamentária e posterior emissão de Nota de Empenho.

Subitem 3.2.4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 1 do Subitem 3.2.4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar não Processados (em R\$ 1,00)					Percentual de execução dos Restos a pagar de exercícios anteriores
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016	
2008	12.571	0	3.157	9.414	25,11
2009	78.028	0	9.141	68.887	11,72
2011	43.294	861	39.218	3.215	92,57
2012	50.718	1.102	44.678	4.938	90,26
2013	9.000	1.547	7.454	0	100,00
2014	86.086	49.491	4.425	32.170	62,63
2015	2.881.535	2.649.817	9.767	221.951	92,30
Restos a Pagar Processados (em R\$ 1,00)					Percentual de execução dos Restos a pagar de exercícios anteriores
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016	
2015	213.606	213.606	0	0	100,00

Fonte: SIAFI Operacional

Subitem 3.2.4.1. Análise Crítica

92,30% dos restos a pagar não processados de 2015, reinscritos em 2016, foram liquidados. Os processados foram totalmente pagos.

O pagamento dos restos a pagar não processados de 2014, reinscritos em 2016 atingiu o percentual de execução de 62,63%, referentes às despesas não liquidadas de contratos continuados. As demais reinscrições dos outros exercícios tiveram seu percentual realizado acima de 50%.

O quadro 1 do subitem 3.2.4. não faz distinção das origens dos créditos. Nele estão incluídos os montantes inscritos e reinscritos da totalidade provisionada nos exercícios correspondentes, a saber: orçamento proveniente de ações finalísticas (Lei+créditos), de Administração da Unidade e descentralizações.

Subitem 3.2.5. Execução descentralizada com transferência de recursos

Não ocorreu no período.

Subitem 3.2.6. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Não ocorreu no período.

Subitem 3.2.7. Informações sobre a execução das despesas

Quadro 1 do Subitem 3.2.7. Despesas Totais por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b)	9.212.122	73,44	8.117.514	72,64	6.718.488	70,99	5.930.161	68,26
a) Tomada de Preços	0		0		0		40.846	
b) Pregão	9.212.122	73,44	8.117.514	72,64	6.718.488	70,99	5.889.315	67,79
2. Contratações Diretas (c+d)	2.914.288	23,23	2.676.265	23,95	2.336.116	24,69	2.404.106	27,67
c) Dispensa	2.325.457	18,54	2.178.484	19,50	1.862.103	19,68	1.686.236	19,41
d) Inexigibilidade	588.831	4,69	497.781	4,45	474.013	5,01	353.870	4,07
3. Pagamento de Pessoal (e+f)	41.777	0,33	66.862	0,60	41.777	0,44	66.862	0,77
e) pagamento em folha	0		0		0		0	
f) Diárias	41.777	0,33	66.862	0,60	41.777	0,44	66.862	0,77
4. Outros	376.368	3,00	313.880	2,81	367.305	3,88	286.775	3,30
5. Total (1+2+3+4)	12.544.555	100,00	11.174.521	100,00	9.463.686	100,00	8.687.904	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

A folha de pagamento dos servidores do INT é executada pela Unidade Gestora 240133 do MCTIC.

Quadro2 do Subitem 3.2.7. Despesas por grupo e elemento de despesa

Despesas Correntes								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
39 serviços de pessoa jurídica	6.225.033	4.697.682	4.971.715	3.508.864	1.253.319	1.188.817	6.225.033	4.697.682
37 locação de mão-de-obra	4.136.619	3.824.003	3.472.647	3.322.322	663.973	501.681	4.136.619	3.824.003
Demais elementos do grupo	728.059	937.726	641.624	677.599	86.435	260.127	728.059	937.726
Despesas de Capital								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
2. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
39 softwares	727.791	487.439	390.859	236.015	336.932	251.424	390.859	236.015
52 equipamentos e material permanente	654.575	1.060.117	178.493	681.630	476.081	378.488	178.493	469.317
51 obras e instalações	0	271.6076	0	40.846	0	230.760	0	40.846

Fonte: Tesouro Gerencial

Subitem 3.2.8. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Quadro 1 do Subitem 3.2.8 Indicadores de desempenho do INT apurados no Termo de Compromisso de Gestão

Indicadores	Série Histórica			Unidade	Peso	Total 2016		Variação (% da meta)	Nota	Pontos
	2013	2014	2015			A	Pactuado			
Físicos e Operacionais										
IGPUB-Índice Geral de Publicações	1,06	0,65	0,64	Pub/téc.	2	0,3	0,5	+67	10	20
PPACI-Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional	18	29	23	Nº	2	20	21	+5	10	20
PPACN-Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional	140	150	166	Nº	3	100	146	+46	10	30
IPIn-Índice de Propriedade Intelectual	0,2	0,1	0,05	Nº / téc	2	0,04	0,08	+100	10	20
IPIET-Índice de Provável Impacto das Entregas Técnicas*	80	90,2	62	%	3	60	80	+20	10	30
IMAR-Índice de entregas ligadas aos Ministérios e Agências Reguladoras	14	22,37	23	%	1	20	21	+5	10	10
RFPP-Representação em Fóruns de formulação de políticas públicas nas seis demandas prioritárias	30	32,4	32,3	%	1	25	56	+124	10	10
ICPC-Índice de cumprimento de Prazos**	85	81,6	83	%	1	85	68	-20	4	4
IPR-Índice de Projetos em Rede	15	17	19,6	%	1	20	20	0	10	10
Administrativos e Financeiros										
APD-Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	37	34,91	38	%	2	20	10	-50	2	4
RRP-Relação entre Receita Própria e OCC	214	806,65	316,9	%	2	50	229	+358	10	20
IEO-Índice de Execução Orçamentária	97	100,23	113	%	2	100	95	-5	10	20
Recursos Humanos										
ICT-Índice Investimentos em Capacitação e Treinamento	4,6	2,21	4,1	%	2	1	1,07	+7	10	20
PRB-Participação Relativa de Bolsistas	98	134	115	%	0	100	88,5	-11,5	8	0
PRPT-Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	43	44	50	%	0	40	74	+85	10	0
Inclusão Social										
PIS-Projetos Desenvolvidos na Área de Inclusão Social	9	9	6	Nº Proj	2	4	5	+25		20
Totais (Pesos e Pontos)										
				Pesos	26			Pontos	238	

Nota Global (Total de Pontos/ Somatório dos Pesos): 9,15. CONCEITO: B →MUITO BOM

* O IPIET substitui o IIA - Índice de Impacto da Atuação do INT, que vigorou até 2014. Portanto não são valores comparáveis.

**O ICPC teve sua contabilização alterada com a inclusão de contratos incluídos em convênios de longo prazo. Antes apenas prazos dos convênios eram considerados; agora todos os contratos dentro de um mesmo convênio são contabilizados separadamente.

Quadro 2 do Subitem 3.2.8 Tabelas dos resultados dos indicadores do TCG obtidos no exercício

Indicadores	Previsto	Executado
IGPUB: Índice Geral de publicações (=NGPUB/TNSE) NGPUB: nº de publicações TNSE: técnicos de nível superior vinculados a atividades de pesquisas tecnológicas	0,30 - -	0,50 127 252
PPACI=NPPACI: nº de projetos, programas e ações desenvolvidos em parceria com instituições estrangeiras	20	21
PPACN=NPPACN: nº de projetos, programas e ações desenvolvidos em parceria com instituições nacionais	100	146
IPIn: Índice de Propriedade Intelectual (=NP/TNSE) NP: nº de pedidos de privilégio de patente, protótipos, softwares, modelos de utilidade etc. TNSE: técnicos de nível superior vinculados a atividades de pesquisas tecnológicas	0,04 - -	0,08 20 252
IPIET=Índice de Provável Impacto das Entregas Técnicas (=NETC6i/Total NE) * 100 NEC6i=nº de entregas técnicas concluídas com até 6 impactos prováveis NETC=nº total de entregas técnicas concluídas	60% - -	72% 45 56
IMAR: % de entregas ligadas aos Ministérios e Agências Reguladoras (= EMAR/NTE)*100 EMAR: nº de entregas técnicas ligadas aos Ministérios e Agências Reguladoras NTE: nº total de entregas técnicas	20% - -	21% 51 243
RFPP: % de Representações em fóruns de Políticas Públicas nas 6 demandas prioritárias (RFPP6/RFPP)*100 RFPP6: representações em fóruns de Políticas Públicas nas 6 demandas prioritárias RFPP: representações em fóruns de Políticas Públicas	25% - -	56% 28 50
ICPC: Índice de cumprimento de prazos (= CAP/NTC)*100 CAP: nº de contratos atendidos no prazo, menos contratos não atendidos por falha do cliente NTC: nº total de contratos assinados menos os contratos não atendidos por falha do cliente	85% - -	68% 64 94
IPR: Índice de entregas em redes (=NPR/NTE)*100 NPR: nº de entregas em redes internas /externas NTE: nº total de entregas	20% - -	19% 46 243
APD: Aplicação em pesquisa e desenvolvimento (= [1-(DM/OCC)]*100) DM: ∑ das despesas gerais com manutenção OCC: dotações outros custeios e capital, fontes 100 e 150, empenhadas e liquidadas, sem benefícios	20% - -	10% 8.606.931 9.596.501
RRP: Relação entre Receita Própria e OCC (= RPT/OCC)*100 RPT: receita própria total (fontes 100 e 150, outras fontes, via fundações, excluídos auxílios ao pesquisador) OCC: dotações outros custeios e capital, fontes 100 e 150, empenhadas e liquidadas, (não inclui benefícios assistenciais)	50% - -	229% 21.988.781 9.596.501
IEO: Índice de Execução orçamentária (=VOE/OCCe)*100 VOE: ∑ dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados OCCe: ∑ das dotações de custeios e capital, fontes 100 e 150 (limite empenho autorizado)	100% - -	95% 12.936.771 13.672.429
ICT: Índice de Investimentos em capacitação e treinamento (=ACT/OCC)*100 ACT: recursos financeiros, próprios ou via fundações, aplicados em capacitação e treinamento (não inclui despesas de participação em congressos e seminários) OCC: dotações outros custeios e capital, fontes 100 e 150, empenhadas e liquidadas, (não inclui benefícios assistenciais)	1% - -	1,07% 102.711 9.596.501
PRB: Participação relativa de bolsistas (=NTB/NTS)*100 NTB: ∑ dos bolsistas (PCI, RD etc.) no ano NTS: nº total de servidores em todas as carreiras no ano	100% - -	88,5% 184 208
PRPT: Participação Relativa de Pessoal Terceirizado (=NPT/NTS)*100 NPT: ∑ do pessoal terceirizado, no ano. NTS: nº total de servidores em todas as carreiras no ano	40% - -	74% 153 208
PIS (=NPIS) NPIS:nº de projetos e programas	4 -	5 5

Seção 4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Subitem 4.1. Descrição das estruturas de governanças

No contexto das Estruturas de Governança, destacam-se as instâncias internas e externas. No INT as instâncias externas de Governança são o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC com o qual é assinado e mantido Termo de Compromisso de Gestão-TCG e as Cortes de Contas-TCU.

Internamente, a instituição atua com apoio e monitoramento dos seguintes Comitês e Conselhos:

- Portaria MCTI 5.152 de 14/11/2016, publicada no D.O.U., de 16/01/2016, Seção I, aprovou o Regimento Interno do INT, onde é apresentado o Comitê Técnico Científico-CTC, constituído por integrantes servidores do INT e Membros externos com representatividade dentro da perspectiva de atuação do INT. Tal instância tem como atribuições orientar e assessorar a Alta Administração do INT no planejamento das atividades científicas e tecnológicas, bem como avaliar o atendimento aos seus objetivos estratégicos.
- Portarias INT 075 e 076 de 30/07/2013, instituíram o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação-CETI, objetivando implementar a gestão de TI na UJ com base na Portaria 03/2012/SPOA/MCTI. Ainda neste ponto, durante o ano de 2014, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação do INT-PDTI.
- Portaria INT 65, de 03/09/2012, institui o Comitê Gestor da Segurança da Informação, com objetivo de assessorar o Diretor do Instituto Nacional de Tecnologia na consecução das diretrizes da Política de Segurança da Informação do INT, bem como na avaliação e análise de assuntos relativos aos objetivos estabelecidos na portaria.
- Portaria INT 065, de 27/10/2008, institui o Comitê de Pré-Enquadramento, formado por servidores e colaboradores integrantes da equipe gestora do Programa Novos Tecnologistas e tem por objetivos: a) assessorar a Direção quanto à utilização dos recursos do Programa de Capacitação Institucional - PCI/MCT e da Fundação de Ciências, Aplicação e Tecnologia Espaciais - FUNCATE; b) avaliar qualquer solicitação de bolsa (PCI e Fundações de Apoio), para encaminhamento a Comissão de Enquadramento do PCI/MCT e para as Fundações.
- Portaria INT 069, de 18/07/2013, aprova o Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento de Demandas Estratégicas - CADEs do INT.
- Portaria INT 040, de 23/05/2012, Criar o Comitê Gestor Editorial do Instituto Nacional de Tecnologia para integrar o Comitê Editorial do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - CECTI/MCTI, com as atribuições de encaminhar levantamento preliminar das publicações educacionais, científicas, Tecnológicas e institucionais impressas e/ou eletrônicas que serão produzidas por esta Unidade de Pesquisa.
- Portaria INT 024, de 05/04/2016, institui o Comitê de Assessoramento das Ações de Desenvolvimento de Gestão de Pessoas com o objetivo de implantar programas e eventos de capacitação de servidores.
- Portaria INT 115, de 11/10/2016, institui o Grupo Gestor em Nanotecnologia do Centro de Caracterização em Nanotecnologia, Materiais e Catálise do INT, para atuar diretamente no gerenciamento do uso das instalações do Laboratório.

O funcionamento da estrutura organizacional do INT se dá de forma integrada entre os níveis estratégicos (Comitês, Conselhos e Direção), tático (Coordenadores) e operacional (Divisões,

Núcleos e Seções). Esta estrutura de governança interna permite operacionalizar racionalmente a gestão de forma a: apoiar à Direção por meio de coordenação integrada de questões temáticas; constituir um ambiente corporativo de discussões relacionadas ao planejamento, execução, avaliação e aprimoramento da gestão e da estratégia; identificar problemas e necessidades, tanto de natureza técnica quanto administrativa, relacionados com a execução das atividades estratégicas e propor a adoção de práticas comuns que possibilitem o aperfeiçoamento dos trabalhos executados e dos resultados obtidos.

O INT por ser um órgão da Administração Direta não dispõe de uma unidade de auditoria interna, as ações de governança e auditoria interna são executadas pela Controladoria Geral da União-CGU. A organização entende a importância dessa instância interna, que foi ainda estabelecida pelas dificuldades encontradas, principalmente pela inexistência de recursos humanos suficientes para tal.

Subitem 4.2. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Os procedimentos instaurados e concluídos no exercício de 2016 foram registrados no Sistema CGU-PAD. No que se refere aos procedimentos de sindicância, foram instaurados e concluídos 06 (seis) novos processos, sendo 03 de Sindicância e 03 de PAD. Do resultado proposto foram indicadas aberturas de 02 sindicâncias novas, e 04 (quatro) não geraram punição.

No ano de 2016 foi lançado um processo no módulo de “processos a serem instaurados”, sendo este resolvido com as orientações da Portaria INT nº 071, de 11 de novembro de 2015, por meio de Termo Circunstanciado Administrativo-TCA com a restituição dos valores do bem furtado e o pedido de arquivamento do processo.

O Decreto nº5.480/2005, que criou o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, indica a necessidade de estruturação, em âmbito ministerial, da área da correição. Tal diretiva se replica nos órgãos subordinados e vinculados, como é o caso do INT. Desta forma, atualmente as diretrizes de correição do INT são orientadas pela CGU.

Subitem 4.3. Gestão de riscos e controles internos

O INT por ser um órgão da administração direta, é mantido com recursos provenientes do Tesouro, por meio da Lei Orçamentária Anual-LOA e, nesse sentido, não possui riscos empresariais, mas sim riscos institucionais que podem afetar a capacidade operacional e a imagem da Instituição.

Os riscos institucionais externos foram identificados quando da elaboração do Planejamento Estratégico em 2010 pelo grupo de trabalho estabelecido, os quais também classificaram e analisaram a Matriz de Ameaças e Oportunidades. O quadro 1 deste subitem apresenta os riscos mais significativos apontados pelos grupos de trabalho.

Quadro 1 do Subitem 4.3. Gestão de Riscos

Riscos Institucionais/O que afeta	Tratamento
Insuficiência quantitativa de servidores “vis a vis” aposentadoria do corpo funcional do INT em curto prazo/Afeta o alcance dos objetivos estratégicos	Gestões junto ao MCTIC para obtenção de vagas para o instituto em concurso público.
Recursos insuficientes para a ampliação, manutenção modernização da infraestrutura predial e consecução das principais atividades /Afeta o alcance dos objetivos estratégicos.	Gestões junto ao MCTIC para obtenção de recursos adicionais, participação em editais de fomento e aumento dos contratos com empresas.
Ausência de um sistema integrado de informações gerenciais / Afeta o alcance dos objetivos estratégicos	Adoção do Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

Riscos Institucionais/O que afeta	Tratamento
Baixa divulgação do INT como instituição de P, D & I e prestadora de serviços tecnológicos. Afeta a imagem da Instituição.	Elaboração e a adoção de um plano de marketing.
Falta de planejamento para novas alianças, pouca interação com empresas e entidades do setor produtivo e organismos internacionais. Afeta o desenvolvimento da Missão do INT.	Formação de novas parcerias e ênfase na atuação na EMBRAPPII
Pulverização dos trabalhos frente à diminuição dos recursos humanos. Afeta o negócio	Definição de Diretrizes Estratégicas focando temas prioritários e ações interdivisórias

Fonte: Divisão de Gestão de Pessoas-DIGEP

No tocante ao tratamento dos riscos identificados, considera-se a característica dos laboratórios do INT, que atendem à demanda de ensaios de materiais e produtos, cuja avaliação e certificação são compulsórias por força de Lei. Já os riscos associados às parcerias, como por exemplo, a parceria com a Petrobrás que nos últimos anos tem sido muito importante para o INT, a Direção tem se envolvido por meio de reuniões constantes com a empresa de forma a garantir o sucesso já obtido e manter a perenidade da parceria.

Seção 5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Subitem 5.1. Gestão de pessoas

Subitem 5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 1.do Subitem 5.1.1. Força de Trabalho Situação apurada em 31/12/2016

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2016	Egressos em 2016
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	288	209	0	18
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	288	209	0	18
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	287	207	0	18
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	5	5	1	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	293	214	1	18

Fonte: Registros da Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE e Diário Oficial da União.

O quantitativo **total** da força de trabalho do INT é de **214** servidores, a saber: (i) 207 servidores ativos permanentes (Carreira de C&T); (ii) 5 servidores nomeados em cargo de comissão (DAS Sem Vínculo); (iii) 1 servidor de carreira em exercício provisório (Anna Haydée Lanzillotti Jannuzzi) e (iv) 1 servidor requisitado de outros órgãos e esferas (Requisitado junto à UFPE).

No exercício a UPC cedeu 5 servidores: (i) 1 em cargo DAS; (ii) 3 aos Tribunais Regionais Eleitorais do Rio de Janeiro (TRE-RJ); (iii) 1 à Defensoria Pública da União e (iv) 5 em exercício descentralizado (4 empregados públicos oriundos do MCTIC e 1 oriundo do SERPRO). Estes 5 servidores cedidos não estão incluídos no Quadro 1 do Subitem 5.1.1.

Servidores cedidos: 05: Augusto da Cunha Raupp, Cristina Kátia de Lima Moura, Érika Cristina Berte de Oliveira, José Cesário Cecchi e Luiz Henrique de Melo Oliveira.

Licença Remunerada: (a) 6 servidores afastados por Licença Remunerada Doença em Pessoa da Família; (b) 2 servidores afastados para Licença Capacitação.

Licença não Remunerada: 01 servidor: José Roberto Albuquerque Gonçalves.

Quadro 2 do Subitem 5.1.1 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	30	30	1	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	30	30	1	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	24	24	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	5	5	1	0
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
2. Funções Gratificadas	10	9	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	10	9	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	40	39	1	0

Fonte: Registros da Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE e Diário Oficial da União.

Quadro 3 do Subitem 5.1.1. Distribuição da força de trabalho por tipologia dos cargos

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	63	135
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	63	135
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	62	134
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	6	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	69	136

Fonte: Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE e Diário Oficial da União.

Quadro 4 do Subitem 5.1.1. Distribuição de bolsistas nas áreas técnicas e serviços terceirizados

Bolsistas	Categorias			Total
	Nível superior	Nível médio	Estudantes	
FAPERJ	01	0	0	01
CNPQ	10	0	0	10
PCI	143	15	0	158
FUNDEP	06	0	0	06
FUNCATE	24	0	0	24
PIBIC/PIBIT	0	0	15	15
Total	184	15	15	214
Terceirizados				115

Fonte: Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE e Diário Oficial da União.

Subitem 5.1.1.1. Relação entre servidores efetivos e temporários

O INT não realiza processo de contratação de mão de obra temporária. Essa modalidade de contratação é utilizada pelas áreas técnicas, em competências específicas por meio de projetos tecnológicos, quando necessário.

Subitem 5.1.1.2. Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da UPC, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim

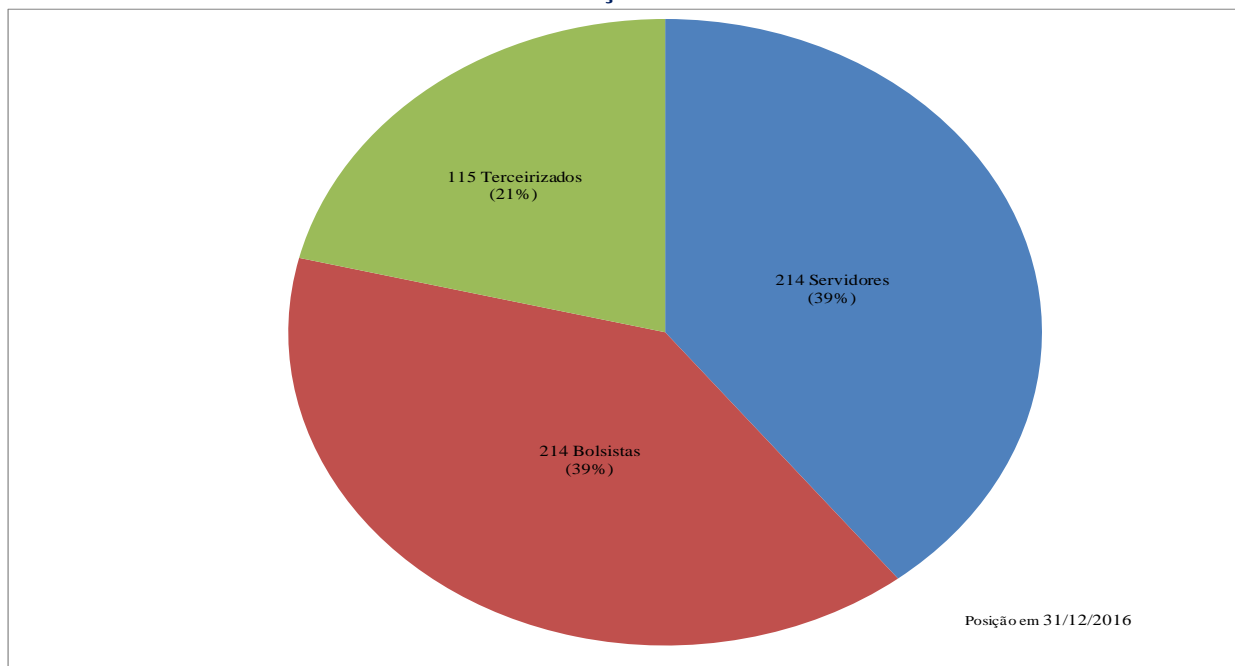
Nos últimos anos o INT tem reiterado, junto ao Órgão Superior e ao atual Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão-MP a demanda pela realização de concurso público que permita a recomposição da força de trabalho, possibilitando tanto o fortalecimento quanto a modernização da capacidade institucional direcionada à promoção do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no país.

Em 2015, a UPC realizou consulta as suas unidades organizacionais para identificar as necessidades de pessoal. As unidades organizacionais técnicas identificaram a necessidade de reposição de 122 servidores, sendo 82 de cargos de nível superior e 40 de cargos de nível médio. As unidades organizacionais de gestão apontaram para a necessidade de reposição de 78 servidores, sendo 44 de cargos de nível superior e 34 de cargos de nível médio. Esses valores totalizam a necessidade de contratação de mais 200 servidores. O número de servidores admitidos por meio do concurso público realizado em 2013 não superou a perda do quadro de pessoal de servidores ativos que se aposentaram voluntariamente no período de 2013 a 2016.

Vale observar que, em 31/12/2016, 219 servidores foram contados na categoria daqueles que recebem abono de permanência, ou seja, já preencheram os requisitos legais para solicitação de aposentadoria voluntária. Trata-se de um capital intelectual importante, sendo a maioria com atuação direta nos projetos e atividades de áreas técnicas.

O gráfico 1 do subitem 5.1.1.2. indica que 214 servidores representam 39% do total da força de trabalho da UPC, enquanto a recomendação dos Órgãos de Controle é de que a força de trabalho de uma UPC seja composta por 70% (setenta por cento) de servidores.

Gráfico 1 do Subitem 5.1.1.2. Percentuais da força de trabalho



Fonte: Fonte: Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE e Diário Oficial da União.

Subitem 5.1.1.3. Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes

Quadro 1 do Subitem 5.1.1.3. Servidores por Escolaridade/Especialização

Natureza do servidor	Doutor	Mestre	Especialização nível superior	Especialização nível médio	Graduação	Técnico completo	Ensino médio completo	Ensino fundamental completo	Total
Pesquisador	6	0	0	0	0	0	0	0	6
Tecnologista	46	28	16	0	1	0	0	0	91
Técnico	0	10	0	28	0	1	1	0	40
Analista	4	13	12	0	1	0	0	0	30
Assistente	0	2	0	31	0	0	0	1	34
Auxiliar	0	0	0	0	1	0	0	0	3
Empregado público	0	1	0	0	2	1	1	0	5
Requisitado	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Das sem vínculo	0	0	1	0	3	0	0	0	4
Total	57	54	29	59	8	2	2	1	214

Fonte: Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE e Diário Oficial da União.

Quadro 2 do Subitem 5.1.1.3. Servidores distribuídos por faixa etária

Tipologias dos Cargos	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargos efetivos	13	35	49	70	33
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	13	34	49	68	33
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	1	0	2	0
2. Provimento de cargo em comissão	1	2	2	5	4
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	1	0	0	3
2.3. Funções gratificadas	0	1	2	5	1
3. Totais (1+2)	14	37	51	75	37

Fonte: Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE e Diário Oficial da União.

A elevada faixa etária do quadro funcional do INT, nas três carreiras (pesquisador, Tecnologista e Analista em C&T) torna imprescindível a realização de concurso público para sua renovação. A média de idade dos servidores no exercício alcançou 46 anos. O servidor mais antigo tem 71 anos e o servidor mais novo tem 22 anos. Apesar da média de idade ser 46 anos, 75 servidores se encontram na faixa etária de 51 a 60 anos e acima de 60 anos temos 37 servidores, conforme demonstra o quadro 2 do subitem 5.1.1.3.

O longo espaçamento entre os concursos públicos, com média de realização de 4 em 4 anos, somado ao número limitado de vagas autorizadas pelo MP não é suficiente para o preenchimento das lacunas apresentadas pela saída de servidores, não oferecendo possibilidade de reposição imediata da força de trabalho de forma a compor o quadro de pessoal ideal para a Instituição.

A quantidade de servidores da UPC encontra-se abaixo do quadro ideal de servidores ativos estabelecidos pelo MP, que seriam de 287 servidores ativos, segundo dados do Sistema Integrado de Administração de Pessoal Civil do Poder Executivo-SIAPE.

Subitem 5.1.1.4. Política de capacitação e treinamento do pessoal

O INT realiza anualmente Levantamento das Necessidades Individuais de Capacitação junto às suas unidades organizacionais para compor o Plano Anual de Capacitação-PAC. Este plano, gerenciado pela Divisão de Gestão de Pessoas-DIGEP tem por finalidade realizar capacitação, treinamentos internos e externos dos servidores, em cumprimento ao Decreto 5.707/2006, bem como alinhado às diretrizes estratégicas da instituição pactuadas no planejamento estratégico institucional 2011-2015.

No ano de 2015, em atenção ao Plano de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas-PDGP do Órgão Superior, o INT revisou o PDRH para alinhar às metas estratégicas do Ministério com as da Instituição nas seguintes premissas:

- Promover, de forma planejada, a valorização dos servidores e empregados públicos do INT, por meio da capacitação e desenvolvimento permanente, tendo em vista o cumprimento da sua missão institucional;

- Fomentar uma gestão de desenvolvimento de pessoas orientada pelo mérito para o interesse público;
- Desenvolver uma cultura institucional orientada para o aumento da eficiência, eficácia e efetividade dos serviços públicos prestados pelo INT;
- Promover um ambiente de trabalho adequado ao desempenho das atividades e à aprendizagem organizacional; e
- Implementar programas e ações que atendam efetivamente às necessidades de aperfeiçoamento e educação formal, de acordo com os objetivos institucionais.

A Portaria INT 24/2016 instituiu o Comitê de Assessoramento das Ações de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (CA-DGP), com as seguintes atribuições:

- Assessorar a Direção do INT na elaboração e implementação dos programas e dos eventos de capacitação visando o desenvolvimento e gestão de pessoas;
- Sugerir e analisar as propostas de novos programas e ações ou eventos de capacitação, bem como melhorias nos procedimentos de operacionalização e de avaliação;
- Propor critérios de desempate para os ingressos nos programas e ações ou eventos de capacitação do INT; e
- Julgar, com base nos critérios estabelecidos no PDGP e nos seus atos complementares, as demandas de participação que implicarem competição, seja decorrente de limitações financeiras, do número de vagas ou de outras restrições.

A proposta do PDGP está focada em ações para capacitação dos servidores nos eixos: (i) Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico; (ii) Gestão e Gerenciamento de Projetos; (iii) Formação de Novos Gestores e Futuros Líderes; (iv) Desenvolvimento Gerencial; (v) Gestão da Qualidade; (vi) Gestão Administrativa e Financeira; (vii) Gestão de Pessoas; (viii) Infraestrutura e (ix) Logística e Suprimentos.

Quadro 1 do Subitem 5.1.1.4. Treinamento e Capacitação dos servidores em 2016

Título do Curso	Carga horária	Participantes
Capacitação in company em Gerenciamento de Projetos	32h	15
Capacitação in company em Formação de Pregoeiros	20h	4
Capacitação in company em Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar	20h	15
Capacitação in company em Administração de Conflitos nas Organizações	16h	21
Capacitação in company em Negociação no Ambiente do Trabalho	16h	14
Inglês on line	0h	30
Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação de Alto Impacto	24h	10
Design Thinking	16h	5
Norma ISO 9001:2015	16h	15
Elaboração do Relatório de Gestão PQ Rio	16h	4
Examinadores PQ Rio	16h	4
NR 10	40h	4
Tesouro Gerencial	4h	4
Gestão de Riscos na ISO 9001:2015	16h	2
Gestão Patrimonial no Setor Público	1h	1
Operacionalização de Biodigestores	1h	1
Total	254h	149

Fonte: Divisão de Gestão de Pessoas do INT

Relatório de Gestão do exercício de 2016

IN TCU 63/2010; IN TCU 72/2013; DN TCU 154/2016: Anexo I e Anexo II, Portaria CGU 500/2016 e Portaria TCU 59/2017

Subitem 5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 1 do Subitem 5.1.2. Detalhamento das despesas associadas à manutenção do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	15.053.766	12.899.510	3.713.915	2.513.916	1.523.2230	1.903.648	32.724	128.585	156.781	37.926.068
	2015	15.585.908	13.268.414	3.092.105	2.288.467	1.823.509	1.182.174	38.831	4.277	44.708	36.651.363

Fonte: Demonstrativo das Despesas com Pessoal (DDP) do SIAPE

Memória de cálculo das informações do quadro Quadro 1 do Subitem 5.1.2.

Vencimentos e Vantagens Fixas: Valores pagos a título de vencimento e vantagens fixas, incluídos os valores pagos a título de vantagens pessoais, nominalmente identificadas como anuênios e décimos, previstos nos arts. 40, 244 e 62-A, da Lei 8.112/1990, item 3.1.90.11.00.01 Vencimento e Salários.

Retribuições: Valores pagos a título de retribuições, nos termos do art. 62 da Lei 8.112/1990, pelo exercício de Função de Direção, Chefia e Assessoramento, item 3190.11.00.31 Gratificação por Exercício de Cargos.

Gratificações: Valores pagos a título das gratificações previstas no art. 61, incisos II e IX, da Lei 8.112/1990, item 3190.11.21 Gratificação Natalina (13º Salário): R\$ 2.687.805,41 e item 3190.11.00.36 Gratificação por Exercício e Cargo em Comissão: R\$ 1.026.110.

Adicionais: Valores pagos a título das gratificações previstas no art. 61, incisos III, IV, V, VI, VII e VIII, da Lei 8.112/1990. Incluem-se ainda nesta rubrica os valores relativos aos Adicionais de Qualificação e por tempo de serviço, (a) Adicional de Periculosidade: item 3190.11.00.0: R\$ 62.712; (b) Adicional de Insalubridade: item 3190.11.00.10: R\$ 563.125; (c) Adicional por Tempo de Serviço (extinto pela MP 2225/2001): item 3.90.11.00.37 Gratificação por Tempo de Serviço: R\$ 1.052.119 e (d) Adicional de Férias: item 3190.11.00.45 Férias Abono art. 7 XVII da Constituição: R\$ 835.961.

Indenizações: Valores pagos a título das indenizações previstas no art. 51 da Lei 8.112/1990. Incluem-se nesta rubrica os valores relativos à Auxílio-Alimentação, Auxílio Transporte e ao pagamento de diárias, (a) Auxílio Alimentação: item 3390.46.01: R\$ 1.216.875; (b) Auxílio Transporte: item 3390.49.01: R\$ 263.319 e (c) Diárias: item 3390.14.14: R\$ 43.029.

Benefícios Assistenciais e Previdenciários: Valores pagos a título de assistência médica e abono permanência, previsto na EC 41/2003. São também considerados nesta rubrica os valores pagos relativamente a auxílios natalidade, auxílio-creche e funeral e salário-família, (a) Assistência Médica: item 3390.93.08: R\$ 503.243; (b) Abono de permanência: item 3190.11.00.07: R\$ 1.239.595; (c) Auxílio Natalidade: item 3390.08.05: R\$ 1.809; (d) Auxílio Creche: item 3390.08.09: R\$ 90.426 e (e) Auxílio Funeral: item 3.1.90.08.03: R\$ 68.575.

Demais despesas variáveis: Valores pagos aos servidores que não se enquadram nos títulos anteriores, Gratificação Adicional Variável (Direitos Autorais): item 3390.36.05: R\$ 32.724.

Despesas de Exercícios Anteriores: Valores pagos no exercício que se referem a direitos adquiridos pelo servidor em exercício anterior ao de referência do relatório de gestão, independentemente da rubrica, Despesas de Exercícios Anteriores: item 3.1.90.92.00.11 Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil: R\$ 128.585.

Decisões judiciais: Valor pago a servidores da UPC em decorrência de decisão judicial, independentemente da rubrica, Decisões Judiciais: Sentenças Judiciais no ano 2016: item 3.1.90.91.14: R\$ 156.781.

Subitem 5.1.2.1. Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada

Nos casos de novas nomeações para cargos de provimento em caráter efetivo e/ou em comissão, previamente à posse, o INT solicita ao empossado que apresente declaração informando que a

referida posse não incorrerá em acumulação indevida de cargo público. Esta declaração também é solicitada quando da aposentadoria do servidor.

Quando o servidor declara que há acumulação, o mesmo é obrigado a apresentar documentação comprobatória de que esta acumulação é permitida pela Constituição Federal, bem como declaração de que a jornada de trabalho semanal não ultrapassa 20 horas, pois a acumulação só é autorizada para os casos previstos na CF com o limite máximo da jornada de trabalho de 60 horas semanais.

Além do exposto, o SIAPE restringe e não permite a ocorrência de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, desde que se trate de cargos ocupados em sua área de abrangência.

Na mesma linha descrita acima, a UPC solicita a todo colaborador (estagiários, bolsistas ou terceirizados), anteriormente ao seu ingresso, que apresente declaração de nepotismo, na qual declara que não é parente de nenhum servidor do Instituto.

Subitem 5.1.2.1.1. Principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade e as providências adotadas para mitigá-los

Os principais riscos identificados na gestão de pessoas estão relacionados à concessão dos benefícios e à crescente redução da força de trabalho, prejudicando as áreas meio e fim, e as ações tomadas para mitigar os riscos são controladas conforme detalhamento abaixo.

Subitem 5.1.2.1.1.1. Mitigação dos riscos

Subitem. 5.1.2.1.1.1.1. Fiscalização e controle dos planos de benefícios

Os benefícios concedidos aos servidores que estão vinculados a percepção em folha de pagamento, como auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio creche e assistência saúde, são lançados mediante apresentação de comprovantes do servidor e seus dependentes, declarados no assentamento funcional.

Subitem 5.1.2.1.1.1.2. Auxílio transporte

A concessão e controle do benefício do auxílio transporte são feitas com base na Orientação Normativa 04/2011 da SRH/MP. Para que o benefício seja concedido ou alterado, o servidor precisa obrigatoriamente preencher um formulário específico com as informações sobre os meios de transporte, assim como apresentar o comprovante de residência. O recadastramento é feito a cada 12 meses, através da atualização do formulário e do comprovante de residência.

Subitem 5.1.2.1.1.1.3. Auxílio alimentação

O auxílio alimentação é um benefício estabelecido em valor fixado pela SEGRT/MP.

Subitem 5.1.2.1.1.1.4. Auxílio creche

O auxílio creche é um benefício estabelecido em valor fixado pela SEGRT/MP. Cabe à DIGEP o lançamento deste benefício quando o servidor apresenta requerimento e comprovação de dependentes até 6 anos de idade.

Subitem 5.1.2.1.1.1.5. Assistência à saúde

O ressarcimento de assistência à saúde é um benefício estabelecido em valor fixado pela SEGRT/MP, separado por faixa etária do servidor e de seus dependentes declarados em seus assentamentos funcionais. Cabe à DIGEP o lançamento deste benefício ao servidor, quando da apresentação mensal do pagamento de plano de saúde em nome do servidor e de seus dependentes.

Subitem 5.1.2.1.2. Controles internos das concessões de bolsas dos programas de estudantes

O INT conta com bolsas nos Programas de Capacitação Institucional (PCI/MCTIC/CNPq) e bolsas de fomento junto às fundações de apoio.

O Programa PCI no INT é gerido por uma Comissão de servidores e pelo coordenador do Programa, essa Comissão é a responsável pelo julgamento dos méritos dos pedidos.

Para avaliação dos resultados obtidos, os bolsistas, durante a vigência e ao término de seu período devem apresentar relatório das atividades desenvolvidas.

Subitem 5.1.2.1.3. Redução da força de trabalho

Nos últimos 10 anos, o INT perdeu 62 servidores por diversas formas de vacância, mas a principal delas foi a aposentadoria. Isso afeta diretamente a execução das atividades finalísticas e de gestão, deixando a instituição vulnerável, com risco para a descontinuidade dos projetos e serviços pactuados com Governo Federal, empresas e sociedade.

A projeção de aposentadorias para os próximos 5 anos, 2016 a 2021, demonstra que esta realidade será crítica, se não forem tomadas ações de planejamento para a reposição de servidores de forma imediata, tendo em vista a expectativa de aposentadoria de 113 servidores no citado período, o que representa, em número percentual hoje de 49% dos servidores ativos, conforme quadro 1 do subitem 5.1.2.1.3.

Quadro 1 do Subitem 5.1.2.1.3. Previsão de aposentadorias dos servidores do INT

Servidores Públicos 2016	214 servidores
Previsão de aposentadoria 2016/2021	113 servidores
Expectativa de servidores ativos em 2021	101 servidores

Fonte: Registros da Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE e Diário Oficial da União.

O quadro da força de trabalho ideal para o INT seria composto por 400 servidores, o que atualmente acarreta um déficit de 186 vagas. Como ocorrerão futuras aposentadorias, precisamos garantir o funcionamento da organização, principalmente para que o cumprimento sua missão e visão de futuro não sejam drasticamente afetados, com prejuízo para a execução de projetos de desenvolvimento tecnológico e a prestação de serviços técnicos de alto valor agregado.

Servidores egressos no exercício foram: 18 servidores aposentados;

A DIGEP realiza, sistematicamente, a gestão das informações sobre a previsão de aposentadorias, com base nos cadastros dos servidores e nos pedidos de abono de permanência, de forma a subsidiar a Direção do INT no planejamento de ação em gestão de pessoas, com propostas de mecanismos de retenção e repasse do conhecimento, com o objetivo de capacitar as equipes que continuam na Instituição.

Subitem 5.1.2.1.4. Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

A UPC tem como indicadores gerenciais sobre recursos humanos o absenteísmo, acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, rotatividade (*turnover*), satisfação e motivação, disciplina, desempenho funcional, níveis salariais e demandas trabalhistas, descritos sumariamente, a saber:

Subitem 5.1.2.1.4.1. Absenteísmo

São gerados relatórios de frequência enviados mensalmente à chefia imediata do servidor, que após análise das ocorrências, devolve à DIGEP, que processará e acompanhará os atrasos e/ou os dias que ensejam descontos em folha de pagamento.

Quadro 1 do Subitem 5.1.2.1.4.1. Absenteísmo em 2016

Número de dias de licenças médicas	2.979
Número de faltas	09
Total das ausências	2.988

Fonte: Registros da Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE e Diário Oficial da União.

Quadro 2 do Subitem 5.1.2.1.4.1. Absenteísmo em 2015

Número de dias de licenças médicas	3.684
Número de faltas	80
Total das ausências	3.764

Fonte: Registros da Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE e Diário Oficial da União.

Quadro 3 do Subitem 5.1.2.1.4.1. Absenteísmo em 2014

Número de dias de licenças médicas	1.865
Número de faltas	443
Total das ausências	2.308

Fonte: Registros da Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE e Diário Oficial da União.

Comparando os dados de absenteísmo em 2016, com os dois anos anteriores, o número de faltas de servidores ao serviço, sem justificativa legal, tem sofrido queda, o que pode ser considerado positivo. Este dado é obtido por meio de relatório de faltas não justificadas no período de doze meses, onde são identificados os servidores que adotam esta conduta atípica. A DIGEP, ao identificar servidor nesta conduta, convoca-o para uma reunião em conjunto com a sua chefia imediata, tentando identificar o motivo de tal conduta, bem como a forma de que a chefia deve proceder, por meio de reuniões de acompanhamento e mediação entre as partes.

Ato contínuo, ao ser identificado que o período de faltas do servidor é de 30 (trinta) dias consecutivos ou 60 (sessenta) dias em períodos descontínuos, um processo administrativo disciplinar é aberto, com objetivo de apurar a conduta do servidor, com base no art. 132, incisos II e III da Lei 8.112/1990 que trata sobre abandono de cargo e inassiduidade habitual.

No ano de 2016, não tivemos a ocorrência de PAD sobre abandono de cargo ou inassiduidade habitual.

Subitem 5.1.2.1.4.2. Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Os servidores que sofrem acidentes de trabalho são registrados em livro próprio e elaborado um relatório mensal pelos profissionais de saúde, sendo encaminhado à DIGEP para acompanhamento e ações posteriores junto à Divisão de Administração Predial e Engenharia que faz o registro e acompanhamento na área de Segurança do Trabalho.

Não houve nenhuma CAS no ano de 2016 no INT.

As doenças ocupacionais são acompanhadas pela Junta Médica Oficial do Ministério da Fazenda, instituição com a qual o INT mantém um termo de cooperação administrativa, assinado entre o INT e a Gerência Regional de Administração daquele Ministério, para tratar dos servidores de nossa instituição. O procedimento é registrado em uma guia de perícia médica do servidor, e esta é devolvida à DIGEP para acompanhamento e cadastro.

No período de 24 (vinte quatro) meses se houver evidência de que a doença ocupacional ensejará ao servidor a readaptação de suas funções ou proposta de redução de carga horária, é aberto processo

administrativo onde o servidor é avaliado por Junta Médica Oficial do Ministério da Fazenda, sendo este processo devolvido à DIGEP para cadastro e ações posteriores. O servidor que estiver afastado por 24 meses, a Junta Médica Oficial faz a avaliação deste servidor com doença ocupacional e encaminha para aposentadoria por invalidez, indicando a respectiva base legal.

Subitem 5.1.2.1.4.3. Disciplina

A DIGEP promove ações de gestão de pessoas junto às áreas que procuram ajuda para dirimir dúvidas ou orientar sobre determinada conduta de um servidor. O INT possui Código de Ética e Disciplina e Manual do Servidor, no qual estão contidas as regras de conduta profissional, com base na Lei 8.112/90.

O Código de Ética e Disciplina e o Manual do Servidor estão disponíveis na intranet, sendo entregue uma cópia destes documentos ao servidor quando este ingressa na instituição, em evento de Integração Institucional.

A DIGEP, ao ser notificada pela Direção ou por servidor de situação que fere o Código de Ética e Disciplina da Instituição e os Deveres do Servidor estatuídos pela Lei 8.112/90 formaliza processo administrativo, cuja análise atende aos requisitos estabelecidos pelo Sistema de Correição da CGU, instruindo-os e encaminhando-os para apreciação da Direção do INT, que indicará a composição dos membros de comissões de sindicância e PAD.

No ano de 2015, o INT editou a Portaria nº 071, de 11 de novembro de 2015, com objetivo de padronizar o registro de furto ou roubo de bem patrimonial e os procedimentos disciplinares instaurados por autoridades deste Instituto, no âmbito da administração, determinando o imediato registro de informações no Sistema da Controladoria-Geral da União / Processo Administrativo Disciplinar - CGU-PAD por parte de Usuário Cadastrador, com a finalidade de permitir o acompanhamento dos processos pelas Autoridades Instauradoras do INT e pela Corregedoria-Geral da União – CGU.

Nos casos em que os processos ensejem avaliação da Comissão de Ética e Disciplina do INT, os mesmos também são instruídos na DIGEP para apreciação do Diretor, que encaminhará àquela Comissão para apreciação e subsídio à Direção na decisão a ser proferida. No ano de 2016, foi encaminhado um processo para análise da Comissão de Ética e Disciplina do INT.

Subitem 5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Insuficiência quantitativa de servidores devido às crescentes aposentadorias do corpo funcional do INT em curto prazo, associada à falta de concurso público para reposição de servidores ameaça o alcance dos objetivos estratégicos da instituição. O Gestor vem atuando junto Ministério reiteradamente, demonstrando a necessidade por meio de ofício, vistas e de resultados. A carência desses recursos humanos é contornada de forma pontal, por meio de contratação de bolsistas e prestadores de serviços vinculados aos projetos por tempo determinado, alternativa que não se aplica às atividades de gestão.

Subitem 5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e estagiários

Quadro 1 do Subitem 5.1.4. Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos regular

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia						
UG/Gestão: 240104/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Serviços de limpeza (VIGTOM) 03.968.00/2016	10.525.934/0001-09	12/07/2016	12/07/2017	Ensino Fundamental	V
2014	Serviços de limpeza (CRYSTAL) 03.867.00/2014	11.838.748/0001-84	05/03/2014	11/07/2016	Ensino Fundamental	E
2013	Serviços de vigilância (MAX) 03.855.00/2013	03.007.660/0001-92	30/11/2013	30/11/2017	Ensino Médio	V
2013	Serviços de Informática (Central IT) 03.829.00/2013	07.171.299/0001-96	01/07/2013	01/07/2017	Ensinos Médio e Superior	V
2013	Serviços de apoio (BASE) 03.839.00/2013	68.719.277/0001-02	01/08/2013	01/08/2017	Ensino Médio	V
2013	Serviços de manutenção predial (MITRA) 03.856.00/13	73.678.005/0001-41	02/12/2014	02/12/2017	Ensino fundamental	V
2014	Serviços de apoio (ATRIO) 03.921.00/2014	07.046.566/0001-01	29/12/2014	29/12/2017	Ensino Médio	V

Fonte: SIAFI e SIGTEC

Quadro 2 do Subitem 5.1.4. Contratação de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa em 2016 (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior	23	30	34	31	184.080
1.1. Área Fim	17	25	27	24	0
1.2. Área Meio	06	05	07	07	0
2. Nível Médio	2	02	04	03	9.570
2.1. Área Fim	0	01	01	01	0
2.2. Área Meio	2	01	03	02	0
3. Total (1+2)	25	32	38	33	193.650

Fonte: Divisão de Gestão de Pessoas do INT

O INT participa desde março de 2009 do contrato de prestação de serviços celebrado entre o MCTIC e o Centro Integrado Empresa Escola-CIEE.

Os estagiários são recrutados e selecionados pelo CIEE do Rio de Janeiro, com base no perfil demandado pelas áreas técnicas e de gestão.

O quantitativo de estagiários de nível superior e médio é disponibilizado no Sistema SIAPE, com base no quadro efetivo de servidores lotados na Unidade Pagadora.

A principal dificuldade de retenção de estagiários deve-se à baixa remuneração, estabelecida em legislação específica (Lei 11.788/2008 e Orientação Normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2/2016). Tais normativos definem diretrizes sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. A rotatividade de estagiários da UPC é alta, de modo que encontramos dificuldades em repor esta importante mão de obra.

Subitem 5.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura

A gestão de patrimônio móvel é realizada em conformidade com a IN 205/1988 da Secretaria da Administração Pública da Presidência da República. Seu gerenciamento é feito por meio dos Sistemas:

SIGTEC: Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas: sistema informatizado que auxilia a gestão patrimonial, permitindo cadastrar, incluir, alterar, excluir e consultar as operações patrimoniais, fornecendo relatórios que subsidiam a gestão.

SIAFI: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

Acresce-se à gestão a realização de inventário físico anual, que consiste em procedimento administrativo de levantamento físico e financeiro dos bens móveis nos locais determinados, cuja finalidade é comprovar a quantidade e o valor dos bens patrimoniais do acervo da UPC, existente

em 31 de dezembro de cada exercício, constituído do inventário anterior e das variações patrimoniais ocorridas durante o exercício.

O INT dispõe de 21 laboratórios equipados com instrumentos modernos em conformidade com padrões de qualidade industrial, que agregam competências estruturadas nas áreas técnicas de catálise e processos químicos, corrosão e degradação, desenho industrial, energia, engenharia de avaliações e de produção, ensaios de materiais e produtos, processamento e caracterização de materiais e química analítica.

Quadro 1 do Subitem 5.2. Gestão do patrimônio imobiliário da União

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ	
		Exercício 2015	Exercício 2016
Brasil	UF 1 Rio de Janeiro	01	01
	Rio de Janeiro	01	01
Subtotal Brasil		01	01
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Fonte: Registros da Divisão de Suprimentos do INT no SPIUNet

Quadro 2 do Subitem 5.2. Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
240104	6001 02202.500-7	11	3	6.402.606	11/03/2015	9.994.192	0	595.764
Total							0	595.764

Fonte: Registros da Divisão de Suprimentos do INT no SPIUNet

A estrutura de controle e de gestão do patrimônio utilizada pelo INT é o SPIUNet, onde são registradas informações do imóvel. Tais informações são compatíveis com os dados informados no SIAFI.

A distribuição geográfica do imóvel está situada na município do Rio de Janeiro, (código 60011 do SPIUNet) sito à Avenida Venezuela, 82, bairro: Saúde CEP: 20.081-312. Possui 6.264,34 m² de área de terreno e 19.256,02 m² de área construída.

O imóvel encontra-se em bom estado de conservação e mantém processo de regularização junto à Secretaria de Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro, com posse de Termo de Entrega Provisória, 1º Traslado no Livro nº 3, Folhas 22/24.

A despesa com manutenção refere-se aos pagamentos realizados aos fornecedores dos contratos continuados de serviços de manutenção da infraestrutura predial e laboratorial.

Subitem 5.2.1. Informações sobre imóveis locados de terceiros

Em 2016 a UPC não efetuou locação de imóveis de terceiros.

Subitem 5.3. Gestão da tecnologia da informação

(a) Descrição sucinta do Plano Diretor de TI (PDTI).

A abrangência do PDTI limita-se ao INT e foi elaborado de forma alinhada ao Mapa Estratégico do Instituto em função das necessidades identificadas ao longo do projeto. A proposta é ser revisto anualmente, reavaliando os projetos já executados e aqueles planejados para o ano seguinte. No contexto apresentado, o PDTI endereçou os seguintes tipos de ações: (i) Projetos para atendimento direto às coordenadorias de pesquisa e áreas de gestão como suporte às necessidades do INT; (ii) Projetos Estruturantes de TI, voltados à melhoria dos processos, governança e gestão de TI.

(b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI

- Promover o alinhamento entre as estratégias de negócio e da área de TI;
- Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e encaminhar a Direção para sua aprovação.
- Estabelecer e propor plano de investimento para a área de tecnologia da informação, inclusive quanto às aquisições de hardware e software.
- Recomendar a adoção de metodologias de desenvolvimento de sistemas e inventário dos principais sistemas e base de dados.
- Estabelecer as políticas de minimização de riscos, de priorização e distribuição dos recursos orçamentários.
- Determinar as prioridades dos programas de investimentos em TI em linha com as estratégias e prioridades do negócio.
- Monitorar o estado atual dos projetos e resolver conflitos de recursos.
- Monitorar os níveis de serviço e suas melhorias.
- Formular, implementar e monitorar o processo de gestão de contratos de TI.
- Implementar o gerenciamento do processo de contratações de bens e serviços de TI, com seus respectivos níveis de acordos de nível de serviço.
- Apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo Diretor.
- Instituir grupos de trabalho, em caráter permanente ou temporário, para tratar de temas específicos relacionados a TI.

Foram realizadas 6 ações durante a etapa de Planejamento Anual de Trabalho de TI de 2016, sendo elas: (a) preenchimento do formulário; (b) consolidação das demandas pela DITI; (c) apresentação das demandas ao CETI; (d) relatório consolidado / demandas aprovadas; (e) encaminhamento à Direção e (f) Aprovação da Programação Anual de Trabalho (PAT).

Houve ainda 2 duas reuniões no exercício, com os principais objetivos: (1) apresentação do Plano Anual de Trabalho de TI onde foram aprovadas as priorizações das demandas de TI e (2) aprovação da Programação Anual de Trabalho PAT de TI.

(c) Descrição dos principais sistemas de informação

Quadro 1 do Subitem 5.3. Sistemas de Informação

Nome da Aplicação	Área de negócio	Responsável Técnico	Objetivos	Descrição de Funcionalidades	Criticidade
Sigtec	Todas	CTI	Financeiro, Compras e Suprimentos, RH, Projetos	Sistema de Gestão de Projetos e Apoio Administrativo	Alta
RH	DIGP	DITI	Férias, Licença Prêmio, Sincroniza com CP do SIGTEC, Alertas E/S Pessoal	Controle de Férias, Licença Prêmio, Atualização dos dados de pessoal da Intranet, Alertas de entrada e saída de pessoal para Rede, DIGP e Chefias dos Setores	Alta
Qualidade	DIGQ	DITI	Equipamentos, Calibração, NGQs, Documentos	Cadastro de Equipamentos e Instrumentos, Controle de Orçamentos e Processos de Calibração, Repositório das NGQs e Documentos da Qualidade com histórico de revisões.	Media
Serviços Especializados	SSTE	DITI	Clientes, Orçamentos, Serviços, Financeiro	Cadastro de Clientes, Andamento de Orçamentos, Andamento de Processos, Controle Financeiro	Alta
Biblioteca	SIPT	DITI	Clientes, Serviços	Cadastro de Clientes, Registro do Serviço	Média
SSI	DITI/DAPE	DITI	Serviços Internos	Controle da Solicitação e Andamento de Serviços de TI, Manutenção e Engenharia (DEMA), e Reserva de Salas para Eventos e Videoconferência	Alta
Processos Internos	DITI	DITI	Andamento de Processos da DITI	Registro das etapas de andamento de processos da DITI	Média
Intranet	Todas	DITI	Divulgação Interna	Divulgação de Informações Gerais e Documentos, Interface de entrada e consulta de informações de RH, SSI, SSTE, Qualidade	Alta

Fonte: Divisão de Tecnologia da Informação

(d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI

Escola Superior de Redes (RNP): 3 colaboradores: 4 cursos.

(e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI

A equipe de TI é composta por 5 (cinco) servidores e 16 (quinze) terceirizados.

(f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados

Estratégia de Serviço

- Processo de Gestão Financeira: controle financeiro mediante planilha eletrônica em processo de implantação o BI;
- Processo de Gestão de Portfólio de Serviços: portfólio revisado anualmente;
- Processo de Gestão de Demandas: reuniões semanais de acompanhamento, revisão e discussão de novas demandas a serem executadas pela equipe de TI.

Desenho de Serviço

- Gestão de Catálogo de Serviços: revisão anual do catálogo praticado pelo fornecedor dos serviços continuados de suporte tecnológico ao ambiente computacional da infraestrutura de rede de TI;
- Gestão de Nível de Serviços: (i) acompanhamento e controle, realizados pela ferramenta SSI, dos serviços continuados contratados de manutenção preventiva/corretiva da central telefônica e de operação do ambiente de telefonia IP e (ii) acompanhamento e controle, realizado pelas ferramentas SSI e CITSMART dos serviços continuados contratados de suporte tecnológico ao ambiente computacional da infraestrutura de rede de TI;
- Gestão de Capacidade: alinhamento efetuado mediante reuniões ao longo do primeiro semestre para projeção de aquisições de itens de TI em atendimento as necessidades previstas para o ano;
- Gestão de Continuidade: tratado com redundância de TI dos serviços críticos com redundância dos serviços de roteadores de internet e telefonia, firewall, switch 13, controladoras - storage e serviços clusterizados;
- Processo de Gestão de Segurança da Informação: execução de política de segurança e recursos computacionais (POSIC e PURC). Documentação em processo de revisão e atualização;
- Processo de Gestão de Fornecedores: indica como é feita a gestão dos fornecedores da DITI.

Transição de Serviço

- Processo de Gestão de Mudanças - Todas as mudanças na infraestrutura de rede são documentadas, revisadas e aprovadas pelo comitê de mudança que avalia o impacto da mudança para a UPC.
- Processo de Gestão de Configuração - Controle patrimonial realizado pela DSUP. A DITI controle seus ativos por meio da ferramenta Lanswepper que realiza o inventário de toda infraestrutura de TI permitindo detectar todos os dispositivos conectados ao computador, cria relações entre ativos e usuários e softwares instalados em toda rede;
- Processo de Gestão de Conhecimento – estão catalogados, atualmente mais de 100 procedimentos de instrução de trabalho criadas e armazenados na ferramenta CITSMART.
- Semanalmente são criadas e/ou atualizadas um total de 3 instruções de trabalho. Existe um documento de apoio chamado Check List que auxilia nos registros das atividades rotineiras, sendo este documento uma das ferramentas fundamentais para evidência e repasse do conhecimento.

Operação de Serviço

- Processo de Gestão de Incidentes: os incidentes são gerenciados e tratados pelas ferramentas SSI e pela ferramenta CITSMART.
- Processo de Gestão de Requisições: os incidentes são gerenciados e tratados pelas ferramentas SSI e pela ferramenta CITSMART.
- Processo de Gestão de Problemas: análise top 10 de incidentes mais solicitados (pareto) com apresentação mensal em relatório Gerencial.

- Processo de Gestão de Eventos: eventos de TI são monitorados pela ferramenta Zabbix que alerta uma possível parada parcial ou total de serviços de TI para tratamento pelo corpo técnico.

Melhoria Contínua do Serviço

Medição do Serviço e Relatório de Serviço - Apresentado mensalmente pelo fornecedor contratado para a realização dos serviços continuados de suporte tecnológico ao ambiente computacional da infraestrutura de rede de TI sob a forma de relatório gerencial que permite a análise dos indicadores, pontos ofensores e curvas de desvio, proporcionado assim uma constante busca na melhoria dos serviços praticados pela TI.

(g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período

No período de 2016 foram registrados 1 projeto concluído e 4 em execução.

Normas POSIC: definir e implantar as Normas para Política de Segurança de TI.

Plataforma de BI: conforme previsto no PDTI, o INT adquiriu em 2016 uma ferramenta para Business Intelligence-BI, cuja função é organizar dados dispersos em uma organização, em diferentes sistemas, com o objetivo de torná-los inteligíveis e que serão úteis para desenvolver estratégias para tomada de decisão em qualquer nível da organização. A capacitação e modelagem do projeto piloto está prevista para 2017.

Sistema Eletrônico de Informações: plataforma que engloba um conjunto de módulos e funcionalidades que promovem a eficiência administrativa. Trata-se também de um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos, com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho, tendo como principais características a libertação do paradigma do papel como suporte físico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real.

Eduroam: serviço desenvolvido para a comunidade internacional de educação e pesquisa que oferece acesso sem fio à internet sem a necessidade de múltiplos logins e senhas, de forma simples, rápida e segura.

Sistema de Comunicação Unificada:

4a fase: Integração da solução de telefonia IP com a rede VoIP da RNP.

5a fase: Integração final da Telefonia IP no INT.

O alinhamento com o Planejamento Estratégico está vinculado aos objetivos: (i) garantir a efetividade operacional; (ii) promover maior integração e agilidade entre as áreas técnicas e de gestão; e (iii) prover informações gerenciais com presteza e qualidade.

(h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI

- Aplicabilidade da Gestão de Conhecimento com criação e validação de procedimentos operacionais de instrução de trabalho.
- Aplicabilidade do Gerenciamento de Problemas com criação e validação de procedimentos operacionais de instrução de trabalho.
- Documentação de incidentes e soluções mediante o Relatório Incidentes.
- Documentação das Requisições de Mudança evidenciando os impactos para o negócio, análise de risco, tabela de atividades e serviços afetados.

- Documentação de possíveis falhas de execuções de Requisição de Mudanças, possíveis ameaças e melhorias através do documento, Laudo Técnico.
- Documentação de atividades rotineiras com Check List onde são evidenciadas as ações que sevem ser executadas periodicamente a fim de garantir a disponibilidade dos serviços suportados pela TI.

5.3.1. Principais sistemas de informações

O principal Sistema de Informação utilizado na UPC é o Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas-SIGTEC.

(a) Descrição dos objetivos do sistema: apoiar a gestão em entidades dedicadas à Ciência e Tecnologia por meio do registro estruturado das informações gerencial e tecnológica, da interação entre ambientes de trabalho e do acompanhamento da concretização de resultados.

(b) Informações sobre a manutenção: Sistema desenvolvido e mantido com recursos do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer-CTI.

(c) Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes: o grande risco de continuidade deste Sistema é que sua gerência é de inteira responsabilidade do CTI, sem interferência das demais UPCs do MCTIC usuárias. A sua descontinuidade fragiliza demasiadamente a manutenção das atividades operacionais da UPC. Atualmente o SIGTEC encontra-se sem atualização de funcionalidades, mantendo-se apenas um suporte mínimo pelo CTI.

Seção 6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Subitem 6.1. Canais de acesso ao cidadão

Na página inicial do sítio do INT na internet, há um menu principal onde consta aba “Acesso à Informação” com atalhos para Auditorias, Convênios, Despesas, Licitações (com acesso às buscas de Licitações e Contratos no Portal da Transparência Pública, com informações atualizadas obtidas do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal-SIASG), Servidores e Perguntas Frequentes, Sobre a Lei de Acesso à Informação, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e Informações Classificadas, além de caminho para acessar o Portal da Transparência Pública do Governo Federal.

Na primeira aba do menu principal do portal do INT, intitulada "Informações Institucionais", constam também Relatório de Atividades, Regimento Interno, Plano Diretor da Unidade, Termo de Compromisso de Gestão, Plano de Logística Sustentável..

Ainda na página principal, constam na parte superior os atalhos para os serviços “Fale Conosco” e “Ouvidoria”, onde os cidadãos podem fazer consultas, encaminhar sugestões, críticas, denúncias e reclamações, que são respondidas sistematicamente. Os mesmos atalhos constam no menu "Serviços", na parte inferior do sítio, onde o cidadão também tem acesso às "Perguntas Frequentes". Também é possível o contato direto dos clientes com os serviços de atendimento e com as áreas técnicas específicas, através do Setor de Prestação de Serviços Tecnológicos-SESTE, servicos@int.gov.br e da Divisão de Comunicação-DICOM, dcom@int.gov.br.

O INT também dispõe de um atendimento presencial do Sistema de Informações ao Cidadão-SIC, localizado no térreo do prédio sede do Instituto, na Av. Venezuela, 82. O atendimento funciona de segunda a sexta-feira, das 9h as 17h, sem interrupção para almoço. O atendimento também funciona pelo telefone (21) 2123-1278, por onde também há acesso à Ouvidoria.

Canal direto de interlocução entre o INT e os clientes, cidadãos em geral, a instância Ouvidoria também pode ser acionada pelo e-mail ouvidoria@int.gov.br ou por carta (Ouvidoria INT/Avenida Venezuela 82, sala 414, Saúde, Rio de Janeiro, RJ CEP: 20081-312).

Na parte inferior da página principal consta ainda o banner “Carta de Serviços ao Cidadão”, com acesso à publicação onde estão relacionados todos os serviços e informações determinados para este modelo de documento. Também nesta área está localizado o banner para acessar o Portal da Transparência Pública do Governo Federal e, mais abaixo, o ícone para Acesso à Informação, remetendo a essa respectiva página do Governo Federal.

Subitem 6.2. Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão do INT está disponível no menu principal da página do INT, onde o usuário tem acesso aos serviços prestados, certificação de produtos, avaliação tecnológica e desenvolvimento tecnológico, horários, prazos e compromissos de atendimento, sendo que para cada serviço, existe uma explicação geral e também links para informações mais detalhadas sobre especificações técnicas de cada serviço realizado, regulamentações específicas e outros documentos pertinentes. A publicação cumpre o estabelecido no Decreto 6.932/2009, que reforça a diretriz do Governo Federal de ampliar a transparência, a qualidade do atendimento e facilitar o acesso às atividades desenvolvidas pelos órgãos públicos para a Sociedade.

A Carta de Serviços ao Cidadão do INT também pode ser acessada na página do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão por meio dos links

www.planejamento.gov.br/Gestão Pública/Programas e Projetos de Gestão/Gespublica/Biblioteca/Cartas de Serviços das Organizações.

www.gespublica.gov.br/Biblioteca/Cartas de Serviços das Organizações.

Subitem 6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O INT adota a Pesquisa de Satisfação como instrumento para a avaliação da satisfação dos cidadãos usuários. O INT possui dois tipos de Pesquisas de Satisfação:

a) Pesquisa de Satisfação dos Clientes

Utilizada para monitorar o grau de satisfação do cliente em relação às entregas técnicas realizadas e possibilitar a análise de dados para verificação da necessidade de implantação de melhorias. O Setor de Serviços Técnicos Especializados-SESTE envia para cada cliente, em conjunto com o Relatório de Ensaio ou Relatório Técnico, a Pesquisa de Satisfação do Cliente. Constam da avaliação os seguintes itens: (1) Infraestrutura, (2) Confiabilidade, (3) Atendimento e Qualidade, além de campo para Comentários, Sugestões e Reclamações.

b) Controle de Acesso e Pesquisa de Satisfação

Utilizada para avaliar a satisfação do atendimento ao cidadão, através de formulário, que controla também o acesso dos cidadãos às dependências do INT. Esta pesquisa entrou em vigor em outubro de 2015.

Compete à Divisão de Gestão da Qualidade agrupar e tratar os dados de reclamações coletados pelas diferentes fontes. Esses dados são utilizados na Análise Crítica do Sistema de Gestão para implementação de eventuais melhorias no atendimento aos clientes e cidadãos.

A metodologia para aplicação dos Questionários encontra-se descrita na Norma Gerencial da Qualidade 108-Avaliação de Satisfação dos Clientes, de Impacto das Entregas Técnicas, do Atendimento ao Cidadão e Tratamento de Reclamações.

Subitem 6.3.1. Controle de Acesso e Pesquisa de Satisfação

O resultado das avaliações sobre os serviços realizados é compilado anualmente pela Divisão de Gestão da Qualidade-DIGEC. O quadro 1 deste subitem contém os dados dos últimos 2 anos.

No exercício de 2015 dos 242 Questionários de Avaliações de Serviços e Reclamações entregues aos clientes, somente 46 foram devolvidos.

Quadro 1 do Subitem 6.3.1. Pontuação dos questionários de avaliações de serviços e reclamações recebidos em 2015 e revisados em abril/2015

Item	Serviço	Qualidade Clareza	Presteza Cordialidade	Informações	Prazo
Supera	6	7	7	7	10
Atende	7	6	6	6	3
Não Atende	0	0	0	0	0
Total	13	13	13	13	13

Fonte: Divisão de Gestão da Qualidade

Após revisão do Questionário de Avaliações de Serviços e Reclamações, aprovada em maio/2015, os critérios utilizados foram modificados obtendo-se o resultado demonstrado no quadro 2 deste subitem.

Quadro 2 do Subitem 6.3.1. Pontuação dos Questionários de Avaliações de Serviços e Reclamações recebidos em 2015 e revisados em maio/2015

Item	Infraestrutura	Confiabilidade	Atendimento	Qualidade
Excelente	13	25	18	24
Ótimo	14	5	7	6
Bom	1	2	7	2
Ruim	0	0	1	0
Péssimo	0	0	0	0
Não respondido	5	1	0	1
Total	33	33	33	33

Fonte: Divisão de Gestão da Qualidade

No exercício de 2016 dos 275 Questionários de Avaliações de Serviços e Reclamações entregues aos clientes, somente 59 foram devolvidos.

Quadro 3 do Subitem 6.3.1. Pontuação dos Questionários de Avaliações de Serviços e Reclamações recebidos em 2016

	Infraestrutura	Confiabilidade	Atendimento	Qualidade
Excelente	30	40	36	41
Ótimo	16	16	13	16
Bom	7	2	9	2
Ruim	1	0	1	0
Péssimo	0	1	0	0
Não respondido	5	0	0	0
Total	59	59	59	59

Fonte: Divisão de Gestão da Qualidade

No primeiro quadrimestre do exercício de 2016, o INT obteve o seguinte resultado dos questionários de Pesquisa de Satisfação voltada ao Atendimento ao cidadão vinculado ao Controle de Acesso:

Dos 54 questionários distribuídos no controle de acesso ao INT, obtivemos a seguinte avaliação:

Satisfeitos: 54

Insatisfeito: 0

Não respondidos: 0

Subitem 6.4. Mecanismo de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Caminhos de acesso no Portal da UPC que contribui para transparência da gestão:

<http://www.int.gov.br/informacoes-institucionais/processos-de-contas-anuais>

[http://www.int.gov.br/ O que Procura no INT?/Carta de Serviços ao Cidadão](http://www.int.gov.br/O%20que%20Procura%20no%20INT?/Carta%20de%20Serviços%20ao%20Cidadão)

[www.planejamento.gov.br\Gestão Pública\Programas e Projetos de Gestão\Gespública\Biblioteca\Cartas de Serviços das Organizações](http://www.planejamento.gov.br/Gestão_Pública/Programas%20e%20Projetos%20de%20Gestão/Gespública/Biblioteca/Cartas%20de%20Serviços%20das%20Organizações)

[www.gespublica.gov.br\Biblioteca\Cartas de Serviços das Organizações](http://www.gespublica.gov.br/Biblioteca/Cartas%20de%20Serviços%20das%20Organizações)

Subitem 6.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

No tocante a acessibilidade aos seus produtos e serviços ao cidadão, o INT disponibiliza a Carta de Serviços ao Cidadão, que pode ser acessada a partir do sítio do INT na internet.

O INT possui em seu hall de entrada elevador especial para acesso às suas dependências de cidadãos portadores de necessidades especiais, além de sanitários adaptados e rampas de acesso.

Seção 7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Subitem 7.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização, da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Os procedimentos adotados para o cálculo da depreciação de itens do patrimônio seguem as instruções estabelecidas pelo manual 020330-Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações do SIAFI.

O cálculo da depreciação é efetuado por meio do método das “quotas constantes”, cujas taxas são percentuais fixos e distintos para cada conta contábil.

A implantação desse procedimento na administração direta ocorreu em 2010, quando, seguindo as orientações do manual, o INT criou comissão, que desde esse exercício, realiza a depreciação, redução a valor recuperável e reavaliação de seus ativos.

Subitem 7.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O INT não é Unidade integrante do Sistema de Custos do Governo Federal, instituído pela Portaria 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Subitem 7.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

:: SEI / MCTIC - 1673635 - Memorando Circular ::

Página 1 de 2

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

Memorando Circular. nº 51/2017/SEI-MCTIC

Em 13 de fevereiro de 2017.

Aos Gestores das Unidades de Pesquisas: INT/RJ, INPA/AM, INPE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, INSA/PB, IBICT/DF, INCC/RJ, MAST/RJ, MPEG/PA, LNA/MG e CIL/SP

Assunto: Peças - Relatório de Gestão do Exercício de 2016

1. A fim de compor o Relatório de Gestão no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) referente ao exercício financeiro de 2016, em atendimento a Seção 8 Desempenho Financeiro e Informações Contábeis, bem como Seção 14 Declarações de Integridade do Anexo Único da Portaria TCU nº 59, de 17 de janeiro de 2017, encaminho, em anexo, as seguintes peças:

- Subitem 14.5 - Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do SIAFI; e
- Subitem 14.6 - Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

2. No tocante ao subitem 8.1 - Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, a informação é de competência dessa Unidade. Quanto ao subitem 8.2 - Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade, registrar que as informações foram prestadas na Unidade Prestadora de Contas da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, posto que a unidade responsável pelo gerenciamento de custos (setorial de custos no âmbito de órgão superior) é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA (na nova estrutura Diretoria de Administração - DAD, conforme Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016), de acordo com a Portaria SEXEC nº 6, de 30 de maio de 2012, cuja unidade integra a estrutura da Secretaria Executiva deste Ministério. Considerar que as Unidades de Pesquisas ainda não adotaram o Sistema de Custos do Governo Federal no exercício em referência, mas que tão logo seja possível tomará as providências cabíveis. Em se tratando do subitem 8.3 - Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas, acessar nova plataforma do SIAFI2016 e extrair os Balanços Financeiro, Patrimonial, Orçamentário, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa selecionando periodicidade anual (arquivos disponíveis em PDF, XLS e TXT) da respectiva Unidade Prestadora de Contas.

Atenciosamente,

ELIANA YUKIKO TAKENAKA
Coordenadora de Contabilidade

https://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_orig.. 13/02/2017

Seção 8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Subitem 8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não houve no exercício de 2016 determinações e recomendações do TCU.

Subitem 8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

A UPC não dispõe de estrutura formal de controle e as deliberações são tratadas e monitoradas pela Coordenação de Gestão Administrativa-COADM, que viabiliza as providências junto às áreas relacionadas às constatações identificadas com a anuência do Diretor. As recomendações são atendidas por meio do Plano de Providências Permanente-PPP e são monitoradas pelo sistema MONITOR “on line” da CGU. O PPP atualizado durante o exercício encontra-se na Seção 9 ANEXOS E APÊNDICES.

Subitem 8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

O INT não possui estrutura formal de controle e se utiliza das orientações normativas oriundas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão-MP, da Lei 8.112/1993, bem como dos instrumentos de controle recomendados pelos órgãos de controle interno e externo para apuração e minimização de ocorrência de ilícitos administrativos. Como procedimento são instaurados processos administrativos e/ou instaladas comissões sindicância pelo gestor, monitorados pela Divisão de Gestão de Pessoas, realizando os registros no sistema de correição CGU-PAD.

Os processos que ensejam avaliação da Comissão de Ética e Disciplina do INT são instruídos na Divisão de Gestão de Pessoas-DIGEP e enviados à apreciação e deliberação do Diretor junto à Comissão estabelecida para este fim.

No ano de 2016 ocorreu furto de um computador. Como o valor era inferior ao limite de licitação pelo inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993, foi instruído um processo e realizado ressarcimento ao erário por meio do procedimento de Termo Circunstancial Administrativo, estabelecido na IN/CGU/4/2009. Os registros das informações encontram-se no Sistema da Controladoria-Geral da União/Processo Administrativo Disciplinar-CGU-PAD.

Subitem 8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5 da Lei 8.666/1993

O controle de pagamento das aquisições de bens e materiais é feito por meio de planilhas com estabelecimento de cronograma de entrega a partir do empenho. No caso de equipamentos e materiais permanentes, além da observância do cronograma de entrega é verificado aceite do item pelo requisitante.

As despesas relacionadas a serviços de contratos continuados são liquidadas e pagas mensalmente, mediante apresentação das respectivas faturas com ateste do fiscal, acompanhadas de relatório e demais documentos de comprovação de quitações das obrigações fiscais e tributárias na ordem cronológica de vencimento. As demais despesas de serviços, obras e serviços de engenharia são pagas após recebimento de fatura e cumprimento da execução conferida e atestada pelo fiscal ou responsável pelo serviço.

Subtem 8.5. Informações sobre a revisão de contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Não ocorreu no período.

Subitem 8.6. Informações sobre ação de publicidade e propaganda

Quadro 1 do Subitem 8.6. Informações sobre ação de publicidade e propaganda

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Legal	19.122.2106.2000.0001	33.236,00	24.993,00

Fonte: SIAFI Operacional

As despesas ocorreram no âmbito Termo de Compromisso junto a Imprensa Nacional, durante o período de vigência de 01/01/2016 a 31/12/2016, destinando-se exclusivamente ao pagamento de publicação de matérias de interesse do INT no Diário Oficial da União, tais como portarias, editais licitatórios, instrumentos contratuais e outros documentos de natureza semelhante.

Seção 9. ANEXOS E APÊNDICES

Nesta Seção do sistema e-Contas foi inserido o Plano de Providências Permanente - PPP da UPC, sobre o Monitoramento das Recomendações do Órgão de Controle Interno.